Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Ricardo André Rocha Monteles

Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Belém-PA
2009

Ricardo André Rocha Monteles

Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Profª Drª Dalva Maria da Mota

Belém-PA
2009

Capa: desenho baseado em foto de Elaine Marshall

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –

Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA

Monteles, Ricardo André Rocha

Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Ricardo André Rocha Monteles; orientadora, Dalva Maria da Mota. - 2009.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

1. Recursos naturais – Conservação - Maranhão. 2. Buriti 3. Diversidade biológica – Conservação – Maranhão. 4. Conservação da natureza – Maranhão. 5. Florestas – Conservação – Maranhão. I Título.

CDD – 22.ed. 333.72

Ricardo André Rocha Monteles

ETNOCONSERVAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS BURITIZAIS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém – PA: _____/_____/_____

Banca Examinadora

_____

Dalva Maria da Mota
(Orientadora)
Doutora em Sociologia

_____

Heribert Schmitz
(Examinador)
Doutor em Ciências Agrárias

_____

Luis Henrique Cunha
(Examinador externo)
Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

_____

Maria das Graças Pires Sablayrolles
(Examinadora suplente)
Doutora em Biologia Vegetal

Dedico este trabalho à Grande Mãe, como forma de gratidão às belas flores com as quais vem nos presenteando.

AGRADECIMENTOS

À Natureza Divina, Luz e Força infinita, que me alivia e desperta em mim a imensa fortaleza que me faz firme na jornada da vida.

Ao meu pai pelos conselhos e ensinos transmitidos. Feliz do homem que transmite o que sabe e aprende o que ensina. Sou profundamente grato por lhe ter como pai, meu velho.

À minha Mãe querida pela simples ternura no cuidar. Sou-lhe sempre grato pelo terno olhar que a mim conforta.

Ao meu irmão de sangue, vindo do mesmo ventre, do mesmo chão. Sou grato pela sua presença, meu irmão.

À minha Filha por me devolver a saúde e fortalecer a alegria de viver. Sou grato por sua serena presença na minha vida, filha.

À minha companheira, esposa e conselheira. Pela força que me vem oferecendo todo santo dia. Sou grato pela simplicidade que emanas da alma, que me toca e me acalma.

Aos Amigos Adriano (Doc), Jerry, Herbert, Eduardo, Jailson, Rerisson, Marcondes e João Augusto – biólogos, geógrafos, engenheiros, sociólogos e antropólogos – pelo fundamental apoio afetivo e intelectual durante todas as fases, não apenas do mestrado, mas da vida. Sou grato a todos vocês, meus caros. Estejam certos de que cada um, à sua maneira, vem metamorfoseando significativamente minha forma de ver e sentir o mundo.

À amiga Lorena, pela inestimável contribuição na transcrição das entrevistas. Você foi fundamental na composição deste trabalho. Muito grato!

Aos irmãos do Centro Espírita Beneficente Fraternidade Colibri que, com seus dons divinos, vêm me enriquecendo com o mais puro sentimento de fraternidade, com tudo o quanto é bom, alegre e próspero. Sou especialmente grato ao amigo e irmão Humberto Leite, por vir mostrando que, em União, somos Um. Que a Força da Paz cresça sempre, sempre mais.

Ao amigo João Carlos A. Monteles (Neguinho) pelo fundamental auxílio material durante o mestrado. Sucesso sempre na sua caminhada, meu caro amigo. Sou profundamente grato pela disposição em me auxiliar quando tanto precisei.

À minha orientadora pelos bem-humorados ensinos. Seu senso de responsabilidade e determinação me auxiliou enormemente em meus deveres de mestrando. Sou imensamente grato por sua zelosa e dedicada orientação, assim como por me garantir total liberdade para criar durante o processo de construção dos pensamentos que originaram este trabalho.

Às pessoas do Cantinho, mulheres, homens, crianças e idosos que, para além de informantes, são co-autores deste trabalho. Sua simplicidade me fez repensar todo o estudo, e optar por algo assim como vocês: simples! Sintam-se plenamente contemplados, e saibam que é assim que me sinto depois de lhes conhecer um pouco mais. Sou especialmente grato ao manso casal de octogenários – Seu Antonio e Dona Julia – pela agradável acolhida em sua morada durante os trabalhos de campo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, pela oportunidade de vivenciar a rica experiência intersubjetiva de crescimento intelectual que aqui se materializa. Sou especialmente grato à Professora Delma Pessanha Neves e ao Professor Gutemberg Guerra pelos valiosos ensinos.

Às pessoas amigas que conheci durante minha estada em Belém. São elas: Silvio, Miquéias, Magno, Lia, Guilherme, Célia, Maria, Huandria, Maura e Tarcísio. Foi bastante rica a convivência cotidiana com todos (as) vocês. Grato pela partilha de saberes e sabores.

À Cooperativa de Serviços, Pesquisas e Assessoria Técnica (COOSPAT), pela solicitude em atender ao meu pedido de afastamento temporário para assegurar a textualização da dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudo.

Somos todos irmãos da Lua
Moramos na mesma rua
Bebemos no mesmo copo
A mesma bebida crua

O caminho já não é novo
Por ele é que passa o povo
Farinha do mesmo saco
Galinha do mesmo ovo

Mas nada é melhor que a água
A Terra é a mãe de todos
O ar é que toca o homem
O homem maneja o fogo
O homem possui a fala
E a fala edifica o canto
No canto repousa a alma
Da alma depende a calma
E a calma é irmã do simples
E o simples resolve tudo
Mas tudo na vida, às vezes, consiste em não se ter nada.

("Irmãos da Lua", Renato Teixeira).

RESUMO

Baseado em entrevistas abertas e observação participante, este estudo trata de investigar a apropriação social dos buritizais, caracterizando as formas de acesso, de uso, as regras de apropriação e os regimes de propriedade junto à população do Cantinho, discutindo as práticas de manejo e etnoconservação locais. Examina as formas de obtenção, o modo como os buritizais se relacionam à vida social e como reflete as formas de organização e adaptação ao *meio natural*. O acesso aos buritizais obedece a regras específicas de apropriação comum, regime no qual o recurso é apropriado pelo grupo de usuários, que regulam o uso do recurso, através de contratos próprios fundados no respeito mútuo e nas interações recíprocas entre os membros da coletividade. Entretanto, o processo de privatização das áreas de coleta, associado ao incremento da atividade turística, vem forjando a desestruturação do modo como o grupo acessa e se apropria do recurso, já havendo, neste sentido, uma relativa preocupação local sobre os processos de transação comercial das terras e águas a pessoas *de fora*. O comportamento de deixar o buriti descansar, a principal forma de manejo examinada, aponta no sentido da conservação dos estoques de palmeiras disponíveis para tirada do olho e fabricação do artesanato, configurando, portanto, uma forma eficaz de etnoconservação do recurso. A intensificação da dinâmica de apropriação privada dos buritizais torna evidente a re-definição dos processos sócio-ecológicos, materializada na depleção da biodiversidade e na erosão genética, à medida que as áreas de coleta se transformam em áreas homogêneas, em termos de composição e diversidade florística e de fluxos de transformação de matéria e energia. Com base na estrutura e dinâmica de funcionamento dos buritizais, as áreas de coleta são classificadas em três estados de conservação, quais sejam: áreas conservadas, áreas em processo de desestruturação ecológica, e finalmente, áreas ecologicamente desestruturadas.

Palavras-chave: Apropriação social. Propriedade comum. Buritizais. Etnoconservação.

RESUMEN

Con base en entrevistas abiertas y observación participante, se investiga la apropiación social de los *buritizais*, caracterizando las formas de acceso, de usufruto, las reglas de apropiación y los regímenes de propiedad junto a la población de Cantinho, discutiendo las prácticas de manejo y etno-conservación locales. Examina las formas de obtención de los *buritizais*, el modo como este recurso se relaciona a la vida social y cómo reflexiona las formas de organización y adaptación al *medio natural*. El acceso a los *buritizais* obedece a reglas específicas de apropiación común, régimen en que el recurso es apropiado por el grupo de usuarios, los cuales regulan el uso del recurso, a través de contratos propios fundados en el mutuo respeto y en las interacciones reciprocas entre los miembros de la colectividad. Sin embargo, el proceso de privatización de las áreas de extracción, asociado al incremento de la actividad turística, ha forjado la desestructuración del modo como el grupo apropia el recurso, ya habiendo, en este sentido, una relativa preocupación local sobre la cuestión de la transacción comercial de las tierras y del agua a las personas llamadas "de fuera". El comportamiento de dejar el *buriti* descansar, la principal forma de manejo investigada, indica la conservación de los estoques de palmeras disponibles para tirada del *ojo* y producción de las artesanías, configurándose en una forma eficiente de etno-conservación del recurso. La intensificación de la dinámica de apropiación privada de los *buritizais* evidencia la re-definición de los procesos socio-ecológicos, materializada por la depleción de la biodiversidad y por la erosión genética, mientras las áreas de extracción se cambian en áreas homogéneas, en términos de composición y diversidad de flora y de los flujos de cambio de materia y energía. Con base en la estructura y dinámica de funcionamiento de los *buritizais*, las áreas de extracción son clasificadas en tres estados de conservación: las áreas conservadas, las áreas en proceso de desestructuración ecológica, y finalmente, las áreas ecológicamente desestructuradas.

Palabras clave: Apropiación social. Propiedad común. *Buritizais*. Etno-conservación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		p.
FOTO 1	Vista geral de um típico buritizal	14
QUADRO 1	Uma tipologia do pensamento ambientalista	36
FOTO 2	Artesã com os "olhos" de buriti recém-coletados	57
FOTO 3	Crianças *banhando* no rio Preguiças. Ao fundo, buritis vicejam ao sabor dos ventos	58
FIGURA 1	Localização da Baixada Oriental e do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	60
FOTO 4	Travessia no rio Preguiças	63
FOTO 5	Vista geral do Caminho que dá acesso ao Cantinho	64
FOTO 6	Lavradora "relando" mandioca no *catitu* com auxílio de seu filho	66
FOTO 7	Mulheres e crianças arrumando as mercadorias para troca em Barreirinhas	67
FOTO 8	Crianças partilhando o *chibé* com peixe seco	69
FOTO 9	Palha de buriti (tom amarelado acima) e de carnaúba (abaixo) secando ao sol	71
FOTO 10	Artesãs tecendo *pulseirinhas*	72
FOTO 11	Vista geral de um carnaubal	74
FOTO 12	Casa de veraneio situada no Cantinho	75
FOTO 13	Pousada/Chácara de pequeno porte à beira-rio	80
FOTO 14	Construção de um novo empreendimento imobiliário no Cantinho	83
FOTO 15	Barraca de comercialização de artesanato à beira-rio	93
FOTO 16	Artesanato produzido por artesãs do Cantinho em uma loja especializada em Barreirinhas	94
FOTO 17	Artesã tecendo um chapéu	99
QUADRO 2	Áreas de coleta de buriti: *status* de conservação, características e formas de apropriação	101
FOTO 18	Buritizal em bom estado de conservação	102
FOTO 19	Casa de veraneio à beira-rio. Onde estão os buritizeiros?	104

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**.....	12
2	**MÉTODOS**.....	18
2.1	DOS ANTECEDENTES E DA CAMINHADA.....	18
3	**O SUSTENTÁCULO TEÓRICO**.....	29
3.1	BREVE PASSEIO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO RUMO À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	29

3.2 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O MITO DO BOM SELVAGEM..... 40

3.3 A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS E RECURSOS NATURAIS DE USO COMUM..... 46

4 O CANTINHO E SUAS POLIFONIAS..... 55

4.1 OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA NATUREZA E AS MARCAS DA GENTE LOCAL..... 59

4.1.1 **Breve caracterização da área de estudo**..... 59

4.1.2 **Organização sócio-espacial**..... 61

4.1.3 **Conexões com os recursos naturais**..... 64

4.2 EXAMINANDO A APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS BURITIZAIS..... 74

4.2.1 **Formas de acesso, regimes de propriedade e regras de apropriação dos buritizais**..... 76

4.2.2 **Impressões sobre o turismo**..... 88

4.2.3 **A dimensão econômica do fazer artesanal**..... 90

4.3 ETNOCONSERVAÇÃO E SABERES TRADICIONAIS..... 95

5 CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS..... 105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 109

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A existência de determinado grupo social pressupõe a busca de um equilíbrio entre suas necessidades e os recursos naturais dos quais dispõe, requerendo por parte do grupo, soluções adequadas, das quais depende a eficácia e o equilíbrio que se procura estabelecer.

As necessidades humanas apresentam caráter natural e social. Manifestam-se primariamente através de impulsos orgânicos e são satisfeitas por meio de iniciativas, as quais se complexificam, perdendo, em parte, o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. A partir daí é possível assumir que as sociedades caracterizam-se, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos e pelos recursos de que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, 2003).

A discussão sobre a obtenção dos meios de vida vem ganhando mais vigor à medida que se reconhece, planetariamente, a existência de uma crise ambiental, uma vez que se torna evidente em todo o planeta a necessidade de se buscar formas mais harmoniosas de interação com os recursos naturais, em quaisquer que sejam os espaços vividos.

Em se tratando das chamadas populações tradicionais, o debate se amplia, pois se constituem em grupos sociais que, secularmente estabelecem uma estreita relação com os recursos naturais, e deles dependem diretamente para satisfazer suas necessidades vitais, utilizando-os como fonte direta de alimentação, saúde e abrigo, apenas para citar as principais.

É exatamente neste contexto de construção de uma preocupação socialmente conectada às distintas formas de apropriação da natureza, que se reconhece o papel e a importância das populações locais para a conservação da biodiversidade. No atual processo de agravamento da crise ambiental a que o planeta encontra-se submetido, novos marcos paradigmáticos se fazem

necessários para a construção de um novo sistema de referências de práticas sociais capazes de reorientar os grupos humanos rumo a conexões genuinamente humanas com a natureza.

Refletindo acerca das relações dos grupos humanos com a natureza[1], proponho uma ampliação da discussão sobre etnoconservação, tomando-a como uma síntese dos conhecimentos oriundos da ciência de tipo ocidental e os conhecimentos tradicionais, na perspectiva de reconhecer e valorizar a existência de formas alternativas e igualmente legítimas de percepção e construção de racionalidades, em que o homem esteja na condição de enriquecedor e mantenedor da diversidade biológica do planeta.

Para tanto, aponto a necessidade de se estabelecer a união entre os chamados cientistas da conservação e os grupos-guardiões dos saberes locais, partindo-se do pressuposto de que esses dois tipos de conhecimento são igualmente importantes para o trato de uma questão ambiental que atualmente se impõe.

Conforme sustentam os etnobotânicos Michael Balick e Paul Cox (1996), o conhecimento tradicional e o científico de tipo ocidental são epistemicamente próximos, uma vez que ambos se baseiam em constatações empíricas, diferindo-se entre si apenas quanto à construção de seus sistemas de pensamento e referências, assim como quanto às formas de comunicação e reprodução dos saberes construídos.

As perspectivas de análise propostas neste trabalho favorecem a mútua influência de aspectos sociais e ecológicos. Considerar as relações humanas e os processos ecológicos como elementos de um único sistema de composição analítica, representa o reconhecimento das aproximações epistemológicas existentes no seio das conexões entre sociedade e natureza, ao mesmo tempo em que consiste na percepção da dimensionalidade humana como parte fundamental desta, sem que haja, assim, cisões entre elementos tão intrincadamente

[1] Embora aqui separados, homem e natureza são partes de um só universo, estando, portanto, inexoravelmente unidos entre si. Homem é parte da natureza, assim como natureza é parte do homem. Toda e qualquer tentativa de separação destes entes não é mais do que mero reducionismo estético.

interconectados, como o são os vegetais, os animais, a terra, o céu, a lua, as águas e as gentes.

Neste sentido, permito-me investigar, através dos usos, das formas locais de manejo e das práticas etnoconservacionistas, a apropriação social dos buritizais no povoado Cantinho – situado no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – a fim de compreender os sistemas de acesso, os regimes de propriedade, as regras de uso e as estratégias de manejo e conservação de um sistema eco-cultural específico, localmente reconhecido como de fundamental importância, que é o buritizal (Foto 1).

Foto 1. Vista geral de um típico buritizal.

O manejo dos recursos naturais é, antes de tudo, um processo social, e por esta razão, devem ser incorporados à dimensão ecológica, os processos sociais orientados à gestão dos espaços e recursos naturais. Considerar as dinâmicas envolvidas nessas práticas requer, por sua vez, a compreensão das relações que se estabelecem entre os grupos e os espaços nos quais ritualizam suas atividades, onde se concretizam suas interações com a terra, com as águas, com as plantas, ou seja, por onde manifestam suas relações materiais e simbólicas com a natureza.

A opção pelo Cantinho para a realização deste estudo está relacionada à diversidade e singularidade das formas de apropriação social e interação com os recursos naturais, à vulnerabilidade aos impactos ecológicos e socioculturais provocados pela privatização de espaços e recursos, e ainda às suas implicações para a conservação da biodiversidade em escala local.

Figuram ainda como critérios de escolha, a pequena distância física e a visceral relação territorial do Cantinho com a sede do município de Barreirinhas, o que vem ocasionando o desenvolvimento de um processo gradual de reestruturação sócio-espacial. Ademais, esta dinâmica pode estar exercendo alguma pressão nos recursos naturais, sobretudo no que concerne ao vegetal que confere vida ao artesanato local, o buriti.

Em linhas gerais, proponho um estudo sobre as relações entre a população do Cantinho e os buritizais, identificando e discutindo as formas de obtenção, o modo como este recurso se relaciona à vida social, e como reflete as formas de organização e adaptação ao *meio natural*.

Para tanto, procuro situar o grupo em exame, tanto em uma perspectiva histórica, quanto no complexo quadro que vem caracterizando as populações tradicionais[2], buscando compreender onde as formas de apropriação social da natureza encontram um ponto de referência enquanto objeto de estudo, sem, no entanto, perder de vista os demais aspectos da vida do grupo.

Em termos específicos, os objetivos deste trabalho são os seguintes:

a. Investigar os aspectos concernentes à apropriação social dos buritizais, caracterizando as formas de acesso, as regras de apropriação e os regimes de propriedade;

b. Levantar, por meio de categorias locais, as distintas formas de uso a que se destinam os buritizais;

c. Discutir as práticas de manejo e etnoconservação locais.

Como forma de organização dos eixos temáticos de pesquisa, proponho algumas questões que, articuladas, foram utilizadas como fundamento empírico deste estudo, conforme seguem:

[2] Vide item 3.2.

a. Como se dá a apropriação dos buritizais pelas famílias do Cantinho?
b. Qual a importância deste recurso na economia local?
c. Como o extrativismo de buriti se estrutura socialmente?
d. Como se dá o acesso aos buritizais, quais os regimes de propriedade e as regras de apropriação do recurso?
e. Que categorias de uso dos buritizais são observadas?

Na perspectiva de responder a estas questões, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: um capítulo metodológico, construído a partir da realidade concreta vivenciada, no qual procuro descrever sumariamente minha trajetória no campo da pesquisa empírica sobre as conexões das populações tradicionais com os recursos naturais, os antecedentes da pesquisa que originou este trabalho, meu interesse pela temática, uma apresentação objetiva do problema de pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho de campo.

Um capítulo chamado "sustentáculo teórico", onde apresento três frentes teóricas distintas, porém intimamente interconectadas entre si, conformadoras dos temas discutidos ao longo da dissertação.

Na primeira frente, à qual estou denominando "Breve passeio teórico-epistemológico rumo à conservação da biodiversidade", procuro reconstruir uma micro-gênese social e histórica do pensamento ambiental, apresentando e discutindo as distintas concepções de natureza e as cosmovisões atinentes à conservação dos recursos naturais. Neste tópico, discuto a importância dos saberes tradicionais e a configuração territorial dos sistemas de conhecimento local que, neste trabalho, apresenta papel preponderante para a conservação da biodiversidade, o que justifica a perspectiva etnoconservacionista aqui defendida.

Ainda no capítulo teórico, apresento uma breve discussão sobre as populações tradicionais e o mito do bom selvagem, onde problematizo a naturalizada noção de povos tradicionais, a partir de uma perspectiva territorial, no sentido de reconhecer a legitimidade de seus regimes de propriedade, das regras que os fundamentam e das formas específicas de manejo dos recursos naturais em seus territórios.

No derradeiro tópico deste capítulo, discuto a apropriação social de espaços e recursos naturais de uso comum, situando a polêmica sobre o tema dos recursos comuns na história das disciplinas sociais e discutindo as variadas noções de propriedade estabelecidas pelos grupos sociais, as quais funcionam dentro de um território e se referem aos modos pelos quais determinada coletividade estabelece e usa suas regras para organizar suas formas de apropriação dos recursos.

O capítulo dos resultados e discussão está dividido em três grandes tópicos. No primeiro, se encontra uma caracterização geral do Cantinho, suas características fisiográficas e as marcas da gente local.

No segundo tópico, apresento os resultados concernentes à apropriação social dos buritizais, onde discuto as formas de acesso, as regras de apropriação e os regimes de propriedade construídos pelo grupo para garantir, controlar e manter o acesso e o uso do recurso.

O derradeiro tópico relaciona-se ao uso, manejo e etnoconservação dos buritizais, onde procuro dar ênfase às categorias locais de uso, além de discutir a conservação dos buritizais, as ameaças e tensões vividas pelo grupo, em virtude das recentes dinâmicas de apropriação privada dos espaços e recursos naturais no lugar.

Para encerrar, apresento um capítulo contendo as considerações derradeiras, onde trato de recapitular, sinteticamente, os temas abordados, além de indicar as frentes de investigação que se abrem a partir desta contribuição, notadamente em relação à recente dinâmica de apropriação privada dos buritizais, que – conforme veremos – cresce exponencialmente e impõe novos desafios para a conservação da biodiversidade.

CAPÍTULO II

2. MÉTODOS

2.1 DOS ANTECEDENTES E DA CAMINHADA

> *"Cada método é uma linguagem, e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta"* ("Um discurso sobre as ciências" – Boaventura de Sousa Santos).

A satisfação em entregar aos leitores, parte de minhas interpretações e compreensões acerca do objeto de estudo, faz da grandiosa experiência intersubjetiva que encerra esta narrativa, uma das principais motivações que me impulsionam a experimentar uma recordação sobre a caminhada que se materializa nesta dissertação.

Trata-se, inicialmente, de referenciar o passado como uma inspiração para uma iniciativa subjetiva. "Iniciar" e "começar" são palavras cujas origens nos remetem a *archein*, termo grego equivalente ao latino *agere* que, por sua vez, significa "imprimir movimento a algo". Toda caminhada começa no primeiro passo. Assim, uma ação, no sentido de imprimir movimento, representa o início de algo inédito e singular, em que um homem se descortina aos outros sob a mediação de palavras e atos cognitivos.

Ao iniciar esta *grafia* de palavras, é conveniente recordar o que Simone Weil discute a respeito do vínculo com o pregresso. Assim, seria vão – diz ela –,

> Voltar as costas ao passado para pensar apenas no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, e por nós continuamente recriados (WEIL, 1996, p. 418).

Venho nutrindo ao longo da minha existência consciente, um profundo sentimento circunscrito por respeito, reconhecimento e gratidão em relação às gentes do campo. Homens, mulheres e crianças rurais sempre estiveram em um lugar muito próximo ao centro das minhas conexões subjetivas com o outro.

Como fruto da união de duas pessoas originárias de famílias de camponeses materialmente pobres do interior do Maranhão, compreendo hoje que, em parte, esses afetos são definidos, ou ao menos fortemente influenciados, pela história dos meus progenitores, notadamente do meu pai. Hoje, um exímio citadino, outrora lavrara porções das então férteis terras banhadas pelo portentoso rio Parnaíba em seu baixo curso, junto aos seus familiares, a fim de que estivessem satisfeitas algumas das necessidades vitais de uma família nuclear com pouco mais de uma dezena de pessoas.

Foi através de longos diálogos, também de escutas despretensiosas que vim sendo transportado e, confortavelmente, alocado no recinto de mim mesmo. Todas aquelas alegorias representando as estórias passadas, por meu avô contadas e por meu pai re-significadas, vieram criando uma substância fluente que me vem fornecendo a base interior da ancestralidade.

Muitas foram as transitórias idas e vindas de um curioso garoto urbano ao fecundo lugar por onde se espraiam parte de sua memória ancestral. Tantas também foram as palavras, os gestos e os olhares através dos quais me ia sendo transmitida uma bela, embora às vezes triste, história de luta por um bem maior, que é o sentido humano de existir, de continuar-se.

Episódios e minuciosos relatos marcados pela escassez de alimento, pelos ciclos agrícolas malogrados em virtude de mudanças nas dinâmicas climáticas (quase sempre representadas pela intensa presença ou ausência desoladora da chuva), e pelos sucessivos movimentos migratórios – foram-me permitindo a construção de uma serena imagem, a partir da qual hoje reconheço a origem seminal da minha irrestrita esperança de transformação positiva das condições de vida das gentes do campo.

Este enraizamento constitui-se hoje em um dos mais firmes sustentáculos subjetivos que assumo possuir. É conservando as heranças do

passado – transmitidas pelas palavras dos mais velhos através de genuínos ensinos de vida – de onde recebi e recebo os princípios da vida moral, intelectual e espiritual, que mantenho minha existência nessa experiência material da vida. O enraizamento é, nas palavras de Simone Weil, "a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana", talvez por esse motivo, elemento de tão difícil definição.

Estou seguro de que é através da minha inserção enquanto membro de uma coletividade que posso conservar e manter vivos alguns tesouros do passado e abrir margem para refletir acerca dos pressentimentos futuros.

O biólogo e psicólogo social Fernando Frochtengarten em artigo intitulado "A memória oral no mundo contemporâneo" argumenta sobre a necessidade de esclarecer que a comunicação enraizada com o passado não se confunde com uma atitude meramente contemplativa, e que tampouco assume uma orientação reacionária. Onde o homem produz e alastra suas raízes, as lutas e construções ancestrais, suas idéias e tradições, alicerçam realizações que, por sua vez, podem revesti-las com novos significados (FROCHTENGARTEN, 2005). A memória é, por assim dizer, a musa de toda narrativa. Uma vida é sempre (re)vivida quando narrada.

Esta é, então, a busca que venho empreendendo. A imagem da terra amansada pelos ancestrais, as longas jornadas migratórias, os ranchos erguidos e habitados, os princípios orientadores de uma moral prenhe de ética e respeito pelo outro, são passagens incontestes que me vem fornecendo a compreensão de que, dentre todas as necessidades da alma humana, é possível que não haja outra tão vital quanto o passado.

Nos idos de 2005, quando dei por iniciado um fecundo processo de transformação acerca do modo de ver e perceber o mundo à minha volta, algumas mudanças se faziam intensamente presentes, quer seja no plano pessoal ou profissional.

Foi neste contexto que tomei a decisão arriscada, porém firmemente apoiada, de estudar os grupos sociais e suas conexões com os recursos naturais, decisivamente os de origem vegetal, meu interesse pessoal primeiro, em se tratando de recursos biológicos. Intuía, naquele momento, que as condições

objetivas para o redirecionamento epistêmico da minha prática acadêmica, me estavam sendo oferecidas, e qualquer hesitação me poderia custar, no mínimo, uma degradante frustração futura.

Algumas foram, então, as publicações teóricas e empíricas sobre as quais me debrucei ao longo do primeiro semestre daquele aurorescente ano, para dali, dar um salto qualitativo na minha ação prática enquanto investigador iniciante a se embrenhar pelos recônditos das ciências sociais.

É a partir de então que dou início à elaboração de um trabalho etnobotânico de natureza empírica, no sentido de compreender as representações e usos de plantas medicinais e místicas em uma comunidade remanescente de quilombo no Maranhão[3].

A realidade é que, a despeito da incipiência, aquele trabalho me rendeu grande satisfação, uma vez que me permitiu alcançar o grau de bacharel e licenciado em ciências biológicas, além de ter me aberto alguns umbrais por onde hoje posso transitar com fluência.

É, pois, nesta temporalidade, que a identidade do biólogo começa a se metamorfosear. Duas possibilidades podiam-se vislumbrar naquele contexto. A primeira estava assentada no fato de que eu, enquanto operador das ciências naturais, pudesse encontrar alguma dificuldade de filiação em grupos, cuja matriz disciplinar fosse acomodada nos cânones estabelecidos nas ciências sociais, decisivamente por se tratar de um pesquisador iniciante e treinado para realizar estudos naturalísticos que – em tese – não reunia as pré-condições básicas para conduzir pesquisas e produzir conhecimentos de natureza antropológica e/ou sociológica.

Esse tipo de segregação, sabe-se, está no centro das contradições da ciência hegemônica, uma vez que a produção do conhecimento avança inexoravelmente pela via da especialização. Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do

[3] Este trabalho foi contemplado na categoria graduação da segunda edição do Prêmio Territórios Quilombolas, promovido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2006. Para leitura de uma versão do referido estudo, consulte-se Monteles e Pinheiro (2007).

saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que a quiserem transpor (SOUSA SANTOS, 2003).

A segunda possibilidade estava associada a uma real chance de filiação – enquanto estudante – a um grupo interdisciplinar de pesquisas sobre campesinato e populações tradicionais.

Leituras várias, intensos diálogos com amigos treinados nas ciências naturais e sociais, e um breve exame compreensivo contribuíram significativamente para a obtenção da clareza acerca de que caminho seguir.

A experiência profissional em educação do campo e, posteriormente, as incursões pelos debates teóricos sobre desenvolvimento e meio ambiente, forneceram-me as bases para a decisão de me alinhar pragmática e programaticamente à corrente dos estudos interdisciplinares, fortalecendo, em mim, a vontade de compreender os processos sociais que circunscrevem as dinâmicas de uso, manejo e conservação de recursos naturais por grupos tradicionais, através de leituras múltiplas de distintas realidades.

É neste contexto que se inicia a busca por um Programa de Pós-Graduação que me pudesse propiciar os instrumentais teórico-epistemológicos que garantissem consistência às reflexões/problematizações acerca das relações entre os grupos, seus recursos e suas formas endógenas de apropriação social dos espaços e recursos naturais.

Após algum tempo imerso na busca, meus olhos se voltaram aos pedaços soltos em desordem e me trouxeram uma estimulante surpresa com o caminho que, dali em diante, se podia vislumbrar. Isto ocorre quando da aprovação no processo seletivo para ingresso no curso de mestrado. Durante os meses de março a dezembro de 2007, portanto, me dedicaria exclusivamente às disciplinas obrigatórias e optativas na capital paraense.

Acumulei algumas informações, estas a mim transmitidas através das interações estabelecidas com os colegas de turma, assim como junto aos docentes do curso, dos quais destaco as professoras Dalva Mota, Delma Pessanha Neves e o professor Gutemberg Guerra – três inolvidáveis mestres do saber acadêmico.

A essas alturas, investia, junto à minha orientadora, nos (muitos) ajustes ao projeto inicial de pesquisa. Rememorando o Maranhão, fiquemos certo

de que tive a oportunidade de conhecer o povoado Cantinho[4] em setembro de 2005, quando fazia a passeio uma viagem à praia do Caburé.

Minha primeira visita àquele povoado fez-se realidade graças a um querido colega de Barreirinhas. Artesão localmente afamado, Zé Domingos me fez um irrecusável convite em uma ensolarada manhã de setembro: passar um dia em um povoado próximo, conversando, conhecendo as pessoas, tomando banho no rio Preguiças, e se deliciando gastronomicamente com as receitas locais.

Rumamos então a vinte minutos Norte de lancha por entre a viçosa paisagem, marcada por densos buritizais, um arborescente manguezal e um belo rio de águas escuras, de onde as famílias locais garantem parte de seu sustento.

Passando pelo Porto do Banho, os povoados Tapuio, Laranjeiras, e finalmente, a chegada ao Cantinho, onde fomos carinhosamente acolhidos por Socorro e Rosa, duas das dez filhas e filhos dos octogenários Seu Antonio e Dona Julia, o casal vivo mais antigo do lugar.

Por lá, passamos aquele aprazível dia. Toda aquela riqueza visual representava, para mim, uma infinidade de significados. É a partir deste momento que marco a então incipiente idéia de empreender um estudo naquele povoado. Este era, portanto, o gérmen, o princípio de uma idéia que dali em diante passaria por tantos processos de re-significação até se chegar ao estado atual de coisas.

Emblemática para mim é a passagem de Sérgio Cardoso (1989) em seu texto "O olhar viajante (do etnólogo)", através da qual me relembra que o olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridade. Não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que instiga e provoca a cada instante sua interrogação. O olhar pensa; é a visão feita interrogação.

Talvez a primeira experiência do pesquisador *no* campo esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isto porque, a partir do momento em que nos

[4] Estou compreendendo por povoado, um espaço que reúne *casas de morada* com alguma proximidade física, cada qual sendo representada, em geral, por uma família nuclear, cujos membros mantêm diversos tipos e graus de relações e vínculos entre si, dado o fato de partilharem laços de vizinhança, de parentesco e/ou de compadrio.

sentimos minimamente preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Neste sentido, para esta narrativa, a domesticação teórica do olhar fez-se possível a partir da formação de um esquema conceitual construído através de treinamento multidisciplinar ocorrido durante o ano de 2007 em Belém.

Voltando ao Maranhão, naquele mesmo ano re-visito o Cantinho. É quando o ato cognitivo de olhar me aparece com mais desvelo, funcionando como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofria um legítimo processo de refração.

Fixava-me atentamente às ações e falas das pessoas, o que por alguns momentos me fez impotente por acreditar que não me seria possível interpretar tantos e diversos significados. Através do olhar e do ouvir, procurava perceber os sentidos daquelas distintas ações e palavras.

Extrair o *olho* do buriti, tirar o linho, tecer cada peça e organizar para, enfim, comercializar, tudo isso juntamente com as novas palavras e expressões que a mim iam sendo transmitidas no decorrer das interações com as pessoas do lugar, foi o que me fez refletir profundamente a prática empírica durante aquela jornada de campo.

Instigante era perceber o quanto aquelas ações conformavam um sentido para as pessoas que ali as realizavam. Para mim, que as observava "de fora", era saudável procurar compreender a significação que aquelas ações representavam.

Aos poucos, através das interações que se iam estabelecendo, eu começava então a captar o rotineiro, o conflitivo, o oficial, o espontâneo, o público, o privado. Os contatos vieram na seqüência, através de curiosas indagações, as quais forneceram as bases para as primeiras conversas em ocasiões de informalidade.

Estive novamente no Cantinho, por um período de oito dias entre setembro e outubro de 2008. Nos primeiros dias centrei minha preocupação em explicar o que eu estava observando e os porquês dessas observações. Contudo,

percebi que mais importante do que falar sobre o que eu estava fazendo, era esclarecer para onde eu levaria as informações ali obtidas.

Informação é poder, por isso foi preciso prudência para que aquela re-aproximação não fosse interpretada como uma ameaça, uma vez que assistíamos àquele momento, no município de Barreirinhas, a uma acalorada disputa eleitoral, o que poderia comprometer o alcance às informações, posto que, o povoado – conforme um informante me dissera – estava completamente *rachado*[5] em relação à escolha dos candidatos naquele pleito.

Percebi também a necessidade de esclarecer às pessoas que se tratava de uma pesquisa acadêmica, da universidade, o que, em si, não lhes traria qualquer retorno direto. Não economizei nas palavras para assegurar que a contribuição central da pesquisa assentava-se na compreensão dos modos de vida do grupo e na busca de um entendimento sistematizado acerca das formas endógenas de interação com os buritizais.

Esclareci que precisaria dialogar com as artesãs e com algumas pessoas diretamente envolvidas nas atividades de extração e beneficiamento do linho do buriti. Portanto, não estava eu ali no Cantinho realizando uma pesquisa encomendada por qualquer que fosse o candidato a prefeito, nem pelo IBAMA, de quem a gente local mantém certo distanciamento, em virtude das sucessivas abordagens efetuadas por seus técnicos aos moradores do Cantinho e demais povoados adjacentes.

Amenizado o estranhamento após alguns dias de convívio, começara então a vivenciar o momento mais livre do trabalho de campo, representado pelas freqüentes e mais longas conversas com as pessoas do povoado.

Não estava preocupado, naquele momento, em introduzir questões muito específicas sobre as conexões entre o grupo e os buritizais. Desse modo, *meus* temas davam lugar aos temas propostos pelos interlocutores.

---

[5] Experimento reproduzir as características da oralidade dos informantes, cultivando o cuidado de não silenciá-los, através do respeito às marcas de sua fala. Embora reconheça a importância deste procedimento, além de que as distintas formas de ação comunicativa revelam diferenças circunscritas na estrutura das relações sociais, assumo que nem sempre me é possível manter a regularidade nas transcrições, nas quais podem se observar traços da escrita formal associados a elementos da fala local.

Tive a oportunidade de conhecer mais do que eu supunha conhecer. Encontrei pessoas das mais diversas naturezas, através das quais ouvi muitas histórias e pelas quais fui iniciado como aprendiz do Cantinho, sem sequer elaborar alguma pergunta especificamente direta.

Foi-me oportunizado um rico aprendizado acerca das relações ali estabelecidas, dentro das quais pude conhecer uma pequena amostra acerca das dinâmicas locais. Participei de algumas rodas de conversa com jovens, homens adultos e idosos, além de longas conversas com as mulheres.

O fato de contribuir simbolicamente com a elevação da auto-estima daquelas mulheres através dos diálogos que se seguiam, trouxe-me um sentido de aceitação, de modo que a necessária interação fluíra livremente, sem grandes estorvos.

É o que estou compreendendo como observação participante, o principal método utilizado na presente pesquisa, aqui definida como "o papel perfeitamente digerível pela sociedade observada que o pesquisador assume, a ponto de viabilizar uma aceitação, senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998).

O trabalho de campo em antropologia, consagrado pela clássica conceituação malinowskiana de observação participante, pode ser entendido contemporaneamente como a inserção física, cognitiva e afetiva do pesquisador junto a um ou mais grupos sociais, no sentido de estabelecer interações dialógicas com seus membros para desvendar o sentido de suas práticas, crenças e concepções, e desenvolver observações diretas relativas aos comportamentos, usos e costumes destes grupos.

Descobrir significados e relações que não se revelam à primeira vista, por meio de exaustivos movimentos de percepção e pensamento é uma tarefa que fica a meio caminho entre a experiência empírica e a textualização dos resultados obtidos através do trabalho de campo.

Aos poucos, foram-se estabelecendo e consolidando os laços de confiança entre os participantes da pesquisa, fator este, primordial para garantir e fortalecer o meu comprometimento com o grupo.

É perfeitamente normal e comum o envolvimento afetivo entre pesquisador e grupo estudado. Neste sentido, apóio-me no antropólogo Roberto DaMatta, quando argumenta que

> É evidente que devemos chamar atenção e denunciar as injustiças contra as nossas populações. Mas isso não deve ser feito em nome de uma atitude condescendente, superior, como se eles fossem uma espécie de humanidade em extinção, liquidada por seu próprio atraso cultural, como se eles fossem animais de estimação como o bisão ou o elefante, que nós temos a obrigação estética de defender e proteger. Nada disso. Nosso estudo e nossa atenção para com as sociedades devem estar fundados na troca igualitária de experiências humanas (DaMATTA, 1987, p. 13).

Realizei o trabalho de campo por meio de observação participante, conversas em ocasiões informais e entrevistas abertas, guiadas por um esquema temático elaborado após a primeira viagem a campo. Com isso, devo dizer que priorizei os dados qualitativos colhidos através da memória coletiva oralmente transmitida.

As entrevistas forneceram subsídio para um levantamento de informações sobre as formas de acesso, apropriação dos buritizais, sobre as regras relativas ao extrativismo de buriti e sobre a divisão social do trabalho. Conduzi as entrevistas durante e após observações *in loco*, assim como em ocasiões de informalidade.

Registrei minhas observações em caderno de campo e, através de um gravador portátil, captei em áudio, as conversas com os informantes-chave, a respeito, sobretudo, dos registros históricos do povoado. Ademais, utilizei o registro fotográfico, no sentido de retratar a gente local em seu cotidiano, os recursos naturais, a matéria-prima do artesanato local, entre outros aspectos da vida do lugar.

Em busca da trajetória do povoado, expressa por fragmentos da memória coletiva do grupo, presentes no discurso de alguns de seus membros, apreendi aspectos concernentes à organização social, assim como alguns aspectos culturais do grupo, suas crenças e manifestações.

Em algumas ocasiões, realizei caminhadas transversais na companhia de um informante-chave, com o intuito de captar informações pormenorizadas sobre as formas de acesso e uso dos buritizais, além de realizar um diagnóstico

visual dos ambientes, a fim de obter dados sobre as transformações e configuração atual da paisagem.

No campo da memória, a distinção entre o factual, entendido como uma suposta realidade objetiva que pode ser desvelada pela análise dos acontecimentos e o ficcional, fruto da imaginação e das transformações das lembranças e das formas de organização dos discursos, é constituída por uma linha quase imaginária. Esta constatação não implica na impossibilidade da produção de conhecimento a partir e sobre as memórias, mas sugere a adoção de uma postura epistemicamente cuidadosa, sobretudo com relação aos atos de questionar e problematizar dados facilmente apreensíveis, comuns a este tipo de investigação.

O caráter social da memória, representado pelo sociólogo Maurice Halbwachs (2006), pela prioridade dada à memória coletiva ao invés da memória individual, não faz da memória algo exógeno aos indivíduos. Pelo contrário, implica na formação de um acervo de representações sociais comuns que embasam e influenciam a forma como cada pessoa vê o mundo e nele se situa, engendrando inclusive as memórias individuais.

O depoimento obtido de um informante que tenha testemunhado determinado acontecimento só faz sentido em relação ao grupo do qual este faz parte, pois pressupõe um evento vivido coletivamente em uma temporalidade anterior. Seus significados vão além das impressões individuais, estando conectados a sentidos coletivamente partilhados, os quais variam dependendo do contexto de referência atual em que se encontra o grupo e o indivíduo que recorda. É se tomando como referência o contexto social que formata a reconstrução da memória, que se ampliam as possibilidades de interpretação de suas manifestações.

Conforme Halbwachs (2006), para se reconstituir a lembrança de um acontecimento, é preciso juntar todas as reproduções deformadas e parciais entre todos os membros do grupo. Contudo, tal tarefa demandaria demasiado esforço para um pesquisador temporalmente limitado, o que me obriga a assumir a responsabilidade por todas as falhas de tradução e interpretação da realidade estudada naquele lapso temporal.

Meu interesse esteve inclinado a uma apreensão das trajetórias individuais e coletivas, uma vez que os informantes se configuram enquanto membros de um grupo que partilham um lugar, culturas, um sentido de coletividade, subjetividades, economias e formas de lidar com a natureza.

As lembranças são, em geral, marcadas por espaços pouco delineados, os quais podem ser reconstruídos por meio das lembranças de uns relacionadas às dos outros, compondo um todo inteligível. As lembranças sobre as origens do grupo, o processo de luta pelo reconhecimento territorial e a atual configuração social constituíram parte das nossas entrevistas.

Ao entrevistar os membros do grupo, vim progressivamente propondo que seu discurso se centrasse nas divisões de períodos que previamente conheci, através de depoimentos anteriores.

É em virtude da grande interconexão entre as memórias e distintas formas de sentir, pensar e agir, que fiz a opção de evocar uma constelação de métodos para esta pesquisa, pois compreendo que, se a realidade responde na língua em que é perguntada, é incrementando e ajustando o arcabouço metodológico disponível, que posso captar – ainda minimamente – o silêncio que persiste em cada mente, em cada língua envolvida na trama da pesquisa de campo.

CAPÍTULO III

3. O SUSTENTÁCULO TEÓRICO

3.1 BREVE PASSEIO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO RUMO À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

> *"O pensamento simbólico (...) é consubstancial ao ser humano. Precede a linguagem e a razão discursiva. O símbolo revela certos aspectos da realidade – os mais profundos – e desafia qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique. Respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser"* ("Imagens e símbolos" – Mircea Eliade).

A biodiversidade transformou-se plenamente em um tema de interesse global. No domínio científico, constitui-se formalmente na área de estudo das ciências naturais, porém começa a ganhar crescente importância também nas ciências sociais.

Segundo Edward Wilson, um dos precursores da biologia da conservação, biodiversidade refere-se a todos os produtos da evolução orgânica, isto é, toda a vida biológica no planeta em seus diferentes níveis – de genes até espécies e ecossistemas complexos – assim como à sua capacidade de reprodução. Corresponde à variabilidade viva, aos diferentes níveis de complexidade da vida, abrangendo a diversidade, entre, e no âmbito das espécies e de seus *habitats* (WILSON, 1994).

São os anos 1970 que marcam o despertar da preocupação ecológica no mundo, e uma combinação de fatores históricos fornece sua base compreensiva. A rápida e sistemática devastação das florestas, seguida da perda da biodiversidade são alguns dos problemas emblemáticos, sobretudo nos trópicos.

Subjacente à preocupação mundial, são notórios alguns eventos importantes ocorridos à época, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo e a publicação do Relatório Meadows (Os limites do crescimento), produzido pelo Clube de Roma, ambos em 1972.

Conforme Eduardo Viola (1986), pela primeira vez os problemas de degradação ambiental provocados pelo crescimento econômico são percebidos em escala planetária e superam amplamente diversas questões pontuais arroladas nos anos 1950 e 1960 pelas agências estatais de meio ambiente dos países do Norte.

Para Morin (1997), o sentido de natureza manifesta-se pela primeira vez com uma grande repercussão na história da civilização ocidental no final do século XVIII, principalmente com a obra de Rousseau, desenvolvendo-se grandemente com o Romantismo, em uma correlação antagônica ao progresso de uma civilização cada vez mais urbana, industrial e artificial.

A espacialidade original da civilização ocidental se constrói na Europa Ocidental. Suas raízes provêm das civilizações siríaca, judaica, helênica e ainda, dos povos germânicos e eslavos, todas essas tradições intrincadamente fundidas no cristianismo católico apostólico romano juntamente com o latim, por sua vez, importante fator de unidade cultural. Sua data de nascimento situa-se na formação do Império de Carlos Magno, no século IX. A partir do núcleo territorial primevo, essa civilização expandiu-se internamente, drenando áreas úmidas, irrigando terras xéricas e suprimindo extensas áreas de floresta (SOFFIATI, 2008).

Incrementada a pressão demográfica, a civilização ocidental empreita ambiciosas conquistas em territórios além-mar. A primeira foi promovida pelos escandinavos, entre os séculos XI e XV, com a conquista da Islândia, da Groenlândia e da costa setentrional do que hoje se conhece como América do Norte. A segunda ocorreu com as Cruzadas, entre os séculos XI e XIII, em direção ao norte da África e ao Oriente Médio. Finalmente nos séculos XV e XVI, o Atlântico apareceu como uma porta aberta para naus portuguesas, espanholas, francesas, holandesas e inglesas, inaugurando-se a era planetária, da qual a globalização é a fase contemporânea[6].

[6] Embora existam diferentes entendimentos sobre quando se teria iniciado o processo de globalização, há um relativo consenso de que dos anos 1970 para cá passamos a viver um novo período histórico ao qual se tem associado esta terminologia. É importante registrar que o período

Para melhor contextualização, convém articular as transformações econômicas, sociais e políticas dos séculos XV e XVIII ao paradigma mecanicista. Tanto o capitalismo comercial quanto o mecanicismo aplainaram o terreno para a eclosão da Revolução Industrial, que por seu turno, nutriu uma postura fundamentalmente instrumentalizadora ante a natureza, ao mesmo tempo em que dela se nutriu. Caminhamos, assim – a passos largos – para a hodierna crise ambiental.

Na primeira metade do século XIX, a concepção mecanicista atravessa o início de seu ocaso, com a termodinâmica e o evolucionismo reintroduzindo a história e a irregularidade no relógio universal newtoniano. No início do século XX, a teoria da relatividade e, em particular, a física quântica, iniciam um sistemático processo de questionamento à física clássica. O absolutismo e a certeza são bombardeados pela relatividade de Einstein e pelo princípio da incerteza de Heisenberg. Um implacável golpe fora desferido contra o domínio positivista.

Um abalo secundário, porém não menos importante, vem da biologia, ao demonstrar que nenhum ser vivo, por limitações de natureza morfo-anatômica e fisiológica, exerce a faculdade de apreender o material em sua totalidade. Em outras palavras, começa a evidenciar-se que cada ser vivo tem uma percepção parcial e distinta da realidade, do mundo que o rodeia.

Neste sentido, principalmente a antropologia vem demonstrando que os seres humanos acessam o mundo material por meio de representações mentais construídas em conexão com o "ambiente cultural" em que vivem. Eis porque as noções de tempo, de espaço, de natureza, de sociedade e do próprio ser humano variam de um sistema cultural para outro.

A conservação da biodiversidade – um dos pilares epistemológicos desta dissertação – vem seguindo as mais diversas filosofias e políticas, aglutinando percepções e significações no mais das vezes opostas e conflitantes.

---

atual de globalização neoliberal difere dos outros períodos que lhe antecederam pela especificidade do desafio ambiental que lhe acompanha e que, também, o constitui. Afinal, até os derradeiros anos da década de 1960, a dominação da natureza não era uma questão, sim, uma solução, à época evocada com a palavra "desenvolvimento". É, pois, a partir desse período que se coloca explicitamente o que se chama de *questão ambiental* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 23-52).

Em uma perspectiva ecocêntrica, a biodiversidade, ou melhor, a "natureza selvagem", apresenta um valor intrínseco, um fim em si mesma, fazendo-se imperiosa a sua preservação. Para esta corrente do pensamento ecológico, a forma mais eficaz de proteger a natureza selvagem é estabelecer a proteção efetiva a partir da implantação de "áreas naturais".

No início dos anos 1970, os ecologistas preservacionistas, propugnadores das áreas naturais sem habitantes humanos, encontraram forte aliado filosófico na emergente *deep ecology*[7]. O princípio básico desta orientação ecológico-filosófica era ir além do nível factual da ecologia enquanto ciência para um nível mais profundo de consciência ecológica. Este enfoque preocupa-se em apresentar uma perspectiva ética em relação aos organismos vivos, embora exclua de seu escopo, os humanos.

Criticando a noção de *wilderness*, Gómez-Pompa e Kaus (2000) sustentam que a intenção em se manter ecossistemas protegidos e idilicamente virgens vai além do mero reducionismo biológico, representando muito mais uma subjetividade nostálgica, que reflete a necessidade de criarem-se novas representações do espaço, a fim de (re)inventar um mundo melhor ou ainda transportar a humanidade, através de uma janela imaginária, para um passado remoto onde a natureza – natural – existia em sua forma mais pura.

Dentre as idéias que compõem o *corpus* da ecologia profunda destacam-se que todas as formas de vida têm um valor intrínseco, independentemente do utilitarismo; que os humanos não têm o direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfação das necessidades vitais, e que o estabelecimento da vida requer um decréscimo substancial da população humana, postura esta apoiada em teses neomalthusianas, as quais sustentam que os problemas ecológicos têm origem no crescimento demográfico da população humana.

Viola (1986) situa a origem do movimento ecológico brasileiro na fundação, em 1971, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), constituindo-se no primeiro grupo ambientalista do Brasil e da

[7] A "ecologia profunda", base do movimento ecocêntrico, influente no preservacionismo dos países do Norte foi proposta em 1973 pelo filósofo norueguês Arne Naess em artigo intitulado *"The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary"*.

América Latina. Sua principal estratégia de atuação era a denúncia da degradação ambiental nas cidades, além da defesa da fauna e flora, do combate ao uso exagerado da mecanização agrícola e do combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas, do combate à poluição dos cursos d'água por resíduos industriais e domiciliares não-tratados, do combate à destruição de belezas paisagísticas, da promoção da ecologia como a ciência da sobrevivência, e em consequência, da difusão de uma moral ecológica. A AGAPAN mantinha, portanto, uma visão dos desequilíbrios ecológicos como um problema completamente dissociado das questões de organização do poder e da propriedade.

Esta orientação ecofilosófica começa a se transformar no início da década de 1980, coincidindo com a maturação dos grupos ambientalistas pioneiros e com a abertura política no país.

Nessa mesma década, emerge nos Estados Unidos a corrente preservacionista denominada biologia da conservação, que vem associar a ciência à gestão e manejo das áreas naturais (DIEGUES e ARRUDA, 2001). Tal corrente opera com base na teoria geral da ecologia, agrupando conceitos da dinâmica de populações e comunidades biológicas, além de apropriar-se de teoremas ecológicos como a biogeografia de ilhas, proposta em 1963 por MacArthur e Wilson.

Segundo Primack e Rodrigues (2001), a biologia da conservação cristalizou-se como uma disciplina, devido, além do crescimento da percepção da crise de extinção, à percepção da existência de uma lacuna entre ecólogos e manejadores de recursos. Foi desenvolvida para combater a chamada crise da biodiversidade, compondo dois objetivos principais, quais sejam:

a. Entender os efeitos da atividade humana sobre as espécies, comunidades e ecossistemas, e;

b. Desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies, reintegrando-as sistematicamente ao seu ecossistema funcional.

A biodiversidade configura-se, portanto, no eixo central da biologia da conservação, não tendo se constituído em seu objeto, a compreensão das interações entre os grupos humanos e natureza. O debate que dominou essa

corrente concentrou-se no tamanho e na forma das áreas protegidas, no estabelecimento de corredores ecológicos, assim como no desenvolvimento de técnicas de avaliação dos riscos de extinção de espécies.

As propostas de desenvolvimento de ferramentas de manejo e de priorização de áreas para a conservação de espécies, visando minimizar a perda da biodiversidade vêm apresentando limitada ou nenhuma capacidade de integração das populações humanas nos projetos de conservação[8]. Desse modo, a teoria da conservação, nascida e criada no Norte, vem se apresentando inaplicável aos trópicos, como a exemplo do Brasil (DIEGUES, 1996).

Contudo, registra-se que a postura dos especialistas em conservação vem se transformando substancialmente nos derradeiros anos. No Brasil, uma nova geração de cientistas naturais (biólogos, engenheiros florestais, entre outros) vem se empenhando em contribuir para a apreensão dos problemas gerados por práticas conservacionistas fundamentalistas, procurando reconhecer o papel das populações locais na conservação da biodiversidade.

Cada vez mais cientistas naturais com sensibilidade social sustentam a necessidade de fomentar a participação efetiva dessas populações nas estratégias de conservação da biodiversidade.

É exatamente no bojo dessa transformação, em um contexto de crescente reconhecimento da importância e do papel das populações locais para a conservação da biodiversidade, que se assiste a um processo de incorporação de novos valores e posturas conservacionistas. Uma nova ciência da conservação vem sendo construída nos países do Sul, embora ainda incipiente e fragmentada. Assim, trata-se de um movimento que agrega cientistas naturais e sociais em uma perspectiva interdisciplinar.

O esboço dessa teoria da conservação, a qual Diegues (2000) se refere como etnoconservação, é resultado da constatação de profundas incongruências na

[8] Conforme a ampla maioria dos formuladores teóricos da biologia da conservação, a chamada perda da biodiversidade tem sua gênese na fragmentação dos ecossistemas, o que indica uma limitação epistemológica de grande amplitude a esta corrente de pensamento, uma vez que ambos os fenômenos (perda de biodiversidade e fragmentação dos ecossistemas) constituem-se factualmente em um corolário das contradições sociais e políticas construídas no seio das sociedades. Mais uma vez na história, um grupo inverte a trama, esvaziando social e politicamente uma discussão de tamanha relevância, como o é a polêmica sobre a apropriação da natureza por grupos historicamente usurpados do direito humano de ser e viver o seu lugar.

formulação de teorias conservacionistas elaboradas nos países do Norte e abruptamente transplantadas ao Sul, com o freqüente apoio de grandes organizações conservacionistas internacionais.

O novo conservacionismo ancora-se no ecologismo social de países do Sul como Índia, Zimbábue e Brasil, enfatizando a necessidade de re-significar a relação entre sociedade e natureza, baseada nos saberes cultivados no seio dos grupos autóctones para garantir a conservação dos ecossistemas presentes em seus territórios. Trocando em miúdos, a valorização do saber local constitui-se no eixo central desse novo conservacionismo. Portanto, a diversidade cultural – condição básica para a manutenção da diversidade biológica – e os movimentos de r-existência[9], se constituem no sustentáculo e na garantia de acesso e manutenção dos recursos naturais nos territórios das populações locais.

Ao tratar da conservação da biodiversidade no México, Toledo (1998) afirma que a diversidade cultural deve ser considerada e respeitada da mesma forma que a diversidade biológica. Salvaguardar a herança natural de um lugar sem resguardar as culturas que lhe vêm dando vida, é reduzir a natureza a algo sem reconhecimento, estático, distante, morto.

Guillermo Foladori (2001) ao formular sua *tipología del pensamiento ambientalista*, nos fornece um quadro esquemático que permite clara visualização das distintas correntes do que aqui estamos chamando "pensamento ecológico".

Examinemos o quadro a seguir:

[9] Temos observado com alguma atenção, a emergência, o crescimento e o fortalecimento de um conjunto de movimentos sociais que canalizam as forças políticas das populações locais que, no movimento de r-existência aos processos de exploração econômica, dominação política e estigmatização cultural, organizam-se e se constituem em novos protagonistas que vêm ganhando visibilidade a partir dos inúmeros antagonismos e lutas sociais pela afirmação das identidades territoriais e étnicas. Trata-se não apenas de lutas para *resistir* contra os que os exploram, dominam e estigmatizam, mas também por uma determinada forma de *existência,* um determinado modo de vida, de produção e reprodução, por diferenciados modos de ver e viver o mundo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

PONTO DE PARTIDA ÉTICO	TIPO		PRINCIPAIS AUTORES	CAUSAS DA CRISE AMBIENTAL	
Ecocêntricos	Ecologia profunda		NAESS, Arne (1973). *The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary.*	1. Ética antropocêntrica e desenvolvimento industrial.	2. Fr
	Verdes		ERLICH, Paul; HOLDREN, John (1971). *Impact of population growth.*	1. Crescimento populacional e produção ilimitada e orientada de bens supérfluos; 2. Uso de recursos não-renováveis.	1. F 2.
Antropocêntricos	Tecnocêntricos	Ambientalismo moderado	PEARCE, David; TURNER, R. Kerry (1995). *Economía de los recursos naturales y del medio ambiente.*	1. Políticas equivocadas; 2. Desconhecimento; 3. Falta de participação estatal.	1.
		Cornucopianos (ultra-liberais)	SIMON, J; KAHN, H (1984). *The resourceful Earth. A response to Global*	1. Não há uma crise ambiental em curso.	1. 2.
	Marxistas		ENZENSBERGER, Hans M. (1979). *Crítica de la ecología política.*	1. Relações sociais capitalistas.	1 2

Quadro 1. Uma tipologia do pensamento ambientalista[10].

[10] Traduzido e adaptado de Foladori (2001).

É certa a existência de saberes locais, não desprezíveis, tampouco infalíveis, que se situam hoje no epicentro de um debate de grande importância. Qual é, porém, o caráter desses saberes? Muito comum é a explicação utilitarista que ressurge periodicamente sob diversas máscaras, e que desconhece, dentre outras coisas, o vasto conhecimento que a razão prática não pode explicar.

A esta corrente, opõem-se posições, como o estruturalismo proposto por Lévi-Strauss, que afirma a natureza teórica do *pensamento selvagem*. A diferença entre ciência tradicional e ciência de tipo ocidental, que existe e é enfatizada, não residiria nas operações intelectuais envolvidas, mas nos objetos a que se aplicam. Conceitos, no caso da ciência hegemônica, signos e propriedades sensíveis na ciência do concreto (CARNEIRO DA CUNHA, 1999).

Ainda a propósito do caráter dos saberes locais, defendemos que, como qualquer saber, este se refere a um produto histórico que se reconstrói e continuamente se re-significa, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração. Configura-se em um processo de investigação e recriação que envolve uma combinação de pressupostos, formas de aprendizado, de pesquisa e de experimentação.

Nas palavras da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, "se entendermos o tradicional como uma forma específica de se praticar ciência (e não como conteúdos ancestrais específicos), então a palavra tradicional passa a ser equivalente a local". Eis o motivo da utilização, neste trabalho, do vocábulo *local* como sinonímia de *tradicional*.

Importante ainda é registrar que a apreciação dos saberes locais ou tradicionais vem oscilando entre dois extremos. De um lado, observa-se uma completa desvalorização por oposição à ciência hegemônica. De outro, se exaltam os saberes locais como uma imensa fonte de sabedoria. Num pólo, fala-se com complacência das *crendices* do povo. No outro, com reverência dos segredos detidos por indígenas e demais grupos tidos como tradicionais.

De outra maneira, tem-se concretamente os saberes acumulados sobre os ciclos naturais, sobre a reprodução e migração da fauna, sobre a influência lunar nas práticas extrativistas, sobre as propriedades terapêuticas das plantas e sobre os sistemas de manejo como um produto histórico, enquanto no outro extremo, tem-se o conhecimento científico hegemônico, que não apenas tem desconhecido, como também desprezado esse saber.

Assim, os saberes locais circunscrevem, desde os conhecimentos sobre os

diversos ambientes, assim como as técnicas de uso e manejo dos recursos naturais, os métodos de caça, pesca e coleta, até as propriedades farmacológicas, alimentícias e agrícolas das espécies da flora e da fauna, além das próprias categorizações e classificações social e culturalmente construídas pelas populações locais, estando todo esse conjunto de saberes há muito, consubstanciando práticas concretas de conservação da biodiversidade.

O reconhecimento da existência de saberes para além da ciência hegemônica e a integração de conhecimentos que subsidiem o planejamento e a execução de ações, programas ou políticas conservacionistas vêm se evidenciando nos derradeiros anos. Paralelamente, sustenta-se que a inclusão de métodos alternativos para a conservação da biodiversidade que contemplem plenamente os saberes locais devem ser prioritários.

A etnociência, conforme Diegues (1996), parte da linguística para estudar os saberes das sociedades sobre os processos naturais, buscando a compreensão subjacente ao conhecimento humano sobre a natureza, suas taxonomias e classificações.

É neste contexto que vem oferecendo sua contribuição, pois nos convida a interpretar as distintas relações de sociabilidade que orientam as diferentes formas de ser, para compreender os processos sociais dentro e entre os grupos, o que pode ser constatado através do crescente número de trabalhos sobre os saberes de grupos locais e suas relações com a natureza.

Os saberes dos grupos tradicionais ganharam campos científicos específicos que tratam dos domínios de sua cultura e ciência. Elencam-se nesse bojo, a etnobotânica, a etnozoologia e a etnoecologia.

Lévi-Strauss (1989), em seu clássico *La pensée sauvage*, por exemplo, analisou os sistemas nativos de classificação e cunhou a noção de ciência do concreto para se referir aos saberes daqueles grupos sobre a natureza, constatando "a precisão com a qual reconhecem as mínimas diferenças entre as espécies de um mesmo gênero" ou "as mudanças sutis dos fenômenos naturais, como os ventos, a luz, as cores do tempo, o movimento das ondas, as correntes aquáticas e aéreas".

Posteriormente, formulações de diversos autores como Darrel Posey (1987), William Balée (1989), José Geraldo Marques (2001) e Alpina Begossi (2004) vieram se alinhando, cada um à sua maneira, a um campo de investigação que vem emergindo no panorama científico como um intenso campo de cruzamento de saberes, cuja evolução vem se dando através de um fecundo diálogo entre as ciências naturais e sociais.

O diálogo entre a ciência de tipo ocidental e os saberes das populações locais aparece aqui como um elemento central para a produção de novos saberes no campo da conservação. Entretanto, trata-se muito mais de gerir visões e interesses de grupos – muitas vezes opostos – do que apenas manejar processos naturais. O diálogo entre conhecimentos oriundos de distintas matrizes pressupõe um diálogo entre seres humanos e o reconhecimento de que os grupos locais apresentam peculiaridades em sua forma de ver o mundo e manifestá-lo através de signos próprios.

A atribuição de características humanas a elementos naturais como o sol, a lua, as estrelas, a terra, o vento e o mar, por exemplo, faz parte da forma como muitos grupos produzem sentidos e conhecimentos sobre a natureza, e interferem decisivamente na forma como, com ela, se relacionam.

Estamos diante, portanto, de grupos que constroem, há gerações, um complexo sistema de conhecimento acerca da natureza. Suas práticas de manejo são conduzidas por regras partilhadas entre seus membros, envolvendo conexões entre humanos, minerais, animais, plantas, e entre aqueles e o mundo sobrenatural.

Arturo Escobar argumenta que

> (…) quizás la noción más arraigada hoy en día es que los modelos locales de la naturaleza no dependen de la dicotomía naturaleza/sociedad. Además, y a diferencia de las construcciones modernas con su estricta separación entre el mundo biofísico, el humano y el supernatural, se entiende comúnmente que los modelos locales, en muchos contextos no occidentales, son concebidos como sustentados sobre vínculos de continuidad entre las tres esferas. Esta continuidad – que podría sin embargo, ser vivida como problemática e incierta – está culturalmente arraigada a través de símbolos, rituales y prácticas y está plasmada en especial en relaciones sociales que también se diferencian del tipo moderno, capitalista. De esta forma, los seres vivos y no vivos, y con frecuencia supernaturales no son vistos como entes que constituyen dominios distintos y separados – definitivamente no son vistos como esferas opuestas de la naturaleza y la cultura – y se considera que las relaciones abarcan más que a los humanos (ESCOBAR, 2000, p. 119).

Ainda nessa perspectiva, o autor nos orienta à compreensão de que os pesquisadores e ativistas na questão ambiental não apenas se confrontam com movimentos sociais que mantêm uma forte referência ao lugar, como também o fazem com a consciência crescente de que, qualquer ação alternativa deve considerar os modelos de natureza baseados no lugar, com suas correspondentes racionalidades e práticas culturais, ecológicas e econômicas.

Tais sistemas de conhecimento estão pautados em cosmovisões nas quais homem e natureza não são entidades separadas, e a partir das quais desenvolvem práticas de uso, manejo e conservação apropriadas a ecossistemas específicos, não havendo, portanto, como separar o saber local das práticas culturais no lugar.

3.2 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O MITO DO BOM SELVAGEM

> *"Deu meia noite, a lua faz um claro*
> *Eu assubo nos aro, vou brincar no vento leste.*
> *A aranha tece, puxando o fio da teia*
> *A ciência da abêia, da aranha e a minha*
> *Muita gente desconhece..."* ("Na asa do vento" – Luiz Vieira e João do Vale).

As populações locais, em função de sua estreita conexão com o *meio natural*, apresentam modos de vida e cultura peculiares. Seus hábitos relacionam-se intimamente com os ciclos naturais, e as formas como apreendem a realidade são baseadas não apenas em experiência e racionalidade, mas em valores, símbolos, crenças e mitos. Trata-se, portanto, de grupos que reproduzem historicamente seu modo de vida com base em relações próprias com os recursos naturais em seu entorno.

Na acepção de Castro (1997), os distintos grupos atualmente publicizados e aglutinados na categoria genérica "populações tradicionais" integram um "campesinato polivalente". Para a autora, esta categoria, imbricada em contradições – por onde se entrecruzam olhares conflitivos sobre o outro – em si, pouco contribui para a compreensão dos processos identitários, das representações e das orientações das ações políticas daqueles grupos, ações estas que muitas vezes traduzem os conflitos com outros agentes sobre as formas de apropriação dos recursos naturais, base material de sua sobrevivência.

Por outro lado, Little (2002), retoma a noção de "povos tradicionais" e a examina à luz de três elementos, quais sejam: o regime de propriedade comum, o sentimento de pertença a um lugar e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva.

Uma constatação que deve ser feita, argumenta o autor,

> (...) diz respeito à sociogênese do conceito de povos tradicionais e seus subsequentes usos políticos e sociais. No contexto das fronteiras em expansão, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este. Num contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas em lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Noutro contexto ambientalista, o conceito de povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de co-gestão do território. Finalmente, o conceito surgiu no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção 169 da OIT, onde cumpriu uma função central nos debates nacionais em torno do respeito aos direitos dos povos (LITTLE, 2002, p. 22-23).

Assim, o conceito de povos tradicionais encerra, tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões encontram-se profundamente associadas.

A utilização da palavra "povos" – em vez de grupos, comunidades, sociedades ou populações – coloca essa noção dentro dos debates sobre os direitos dos povos, onde se transforma num instrumento estratégico nas lutas por justiça social com enfoque no reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade e das leis consuetudinárias que os fundamentam.

O vocábulo "tradicional" também gera dificuldades, às vezes até incompreensões, dada sua polissemia e a larga tendência de associá-lo às concepções de atraso e imobilismo histórico. A importância dada às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de expansão de fronteiras e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o uso do termo tradicional refere-se a uma realidade hodierna, enfatizando que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação (LITTLE, 2002).

Para este autor, o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar elementos como a existência de regimes de propriedade comum, o sentimento de pertença e a busca por autonomia cultural que os diversos grupos aglutinados nessa categoria mostram na contemporaneidade. Ainda, o fato de o vocábulo vir sendo incorporado em instrumentos legais, tais como a Constituição Federal de 1988 e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza (SNUC; Lei nº 9.985/2000), reflete sua ressemantização e demonstra sua atual dimensão política.

Neste sentido, o conceito de povos tradicionais busca encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade territorial do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das atuais lutas territoriais em todo o território nacional.

Pelo exposto, utilizarei daqui em diante, as expressões "povos tradicionais", "populações tradicionais" ou "populações locais" de forma indistinta, uma vez que o grupo em exame nesta dissertação representa um sentido, cuja distintividade cultural se expressa em termos de uma territorialidade específica, manifesta por um conjunto de valores culturais coletivos atinentes à apropriação da natureza, os quais marcam sua razão prática.

Decisivamente, tem-se aqui, interesses em questões concernentes aos modos de vida de um grupo em especifico, o que faz desnecessária, neste trabalho, uma re-atualização semântica dos termos acima elencados.

As interconexões horizontais sociedade-natureza, presentes tanto nas atividades produtivas, quanto nas representações simbólicas do *meio natural*, permitem que as populações locais acumulem amplo conhecimento sobre os recursos naturais ocorrentes em seus territórios.

O conhecimento das práticas e representações dos diferentes grupos assume grande importância para a intervenção na crise ambiental, pois esses grupos vêm elaborando ao longo do tempo um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, o que lhes vem garantindo a reprodução de seus sistemas social e cultural. Suas atividades constituem múltiplas formas de relacionamento com os recursos, sendo essa diversidade de práticas um artefato que assegura a reprodução dos grupos, possibilitando a construção de formas próprias de uso, manejo e conservação dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, Diegues (1996) fala de uma etnobiodiversidade, que consiste na riqueza da natureza, da qual participa o homem, nomeando-a, classificando-a e domesticando-a, sem que esta se constitua, portanto, em uma natureza selvagem e intocada.

Os sistemas de manejo de recursos naturais, assim como a relação das populações tradicionais com o território, constituem-se em um relevante aporte para a compreensão das inúmeras formas de relacionamento com a natureza.

Os sistemas locais de manejo de recursos naturais, além de sua exploração econômica, evidenciam a existência de um complexo conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição oralmente herdada, sendo assim, fortemente inter-relacionados ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e das formas de organização social.

O *corpus* de saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas que um grupo social utiliza para estabelecer e marcar seu território nos orienta a pensar a relação particular que os grupos sociais mantêm com seus respectivos territórios. A cosmografia de um grupo inclui, portanto, seus regimes de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e suas formas endógenas de defesa e manutenção dos recursos naturais.

Conforme já sustentado, as populações locais não apenas convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam a biota segundo categorias próprias. A diversidade biológica não é vista necessariamente como um *recurso natural*, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico integrado a uma complexa cosmologia.

Philippe Descola (1997) argumenta que, além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agronômicos e etológicos empregados por povos indígenas em suas atividades de subsistência, o conjunto de suas crenças religiosas e mitologias devem ser consideradas uma espécie de saber ecológico transposto, constituindo-se essas cosmologias, uma espécie de transposição simbólica das propriedades objetivas de determinado espaço, território, ambiente.

O crescente reconhecimento das populações locais e de sua contribuição para a conservação da biodiversidade apontou, a partir do final do século XX, para o surgimento de um ecologismo diferenciado das demais correntes de pensamento ambiental(ista).

A acepção de equilíbrio dos ecossistemas e do "novo naturalismo", manifestos por meio de movimentos sociais, primou pela diversidade cultural e pela redefinição das conexões entre sociedade e natureza, de modo a garantir a gestão territorial e o manejo dos espaços e recursos naturais.

Embora em parte dos estudos enfocando a conservação da biodiversidade por populações tradicionais se reconheça que as práticas locais de manejo apresentam

baixo impacto ecológico na escala formal da conservação, é necessário compreender que o conhecimento e as práticas tradicionais são constuções sociais que respondem a racionalidades localmente enraizadas. Assim sendo, toda tentativa de categorização das práticas locais deve considerar os sentidos e significados endogenamente produzidos, de modo que se garanta o respeito às mais diversas formas de construção do pensamento.

De outro modo, *conservação* se configura em uma categoria estritamente formal, a qual, habitualmente, não compõe o repertório discursivo e os sistemas de significados dos grupos tradicionais. É necessário, portanto, precaver-se dos reducionismos, materializados na crença de que as populações locais figuram como conservacionistas natas ou exímias mantenedoras da estrutura e dinâmica de funcionamento do *mundo natural*, conforme consta no romanceado mito do bom selvagem.

Muitos pesquisadores associados à antropologia vêm mostrando algum desconforto perante o alastramento da ideologia que representa as populações locais como grupos em perfeita continuidade com seu meio ambiente. Esses autores vêm demonstrando como a naturalização positiva dos grupos nada mais é do que a imagem invertida da naturalização negativa produzida por e para outro público, que os interpreta como remanescentes de uma humanidade remota, fadada à sistemática assimilação, como selvagens destinados à inexorável desestruturação de seus modos de vida.

Esta dupla face do *wildman* nos remete diretamente à história da nossa invenção da natureza. A dominação progressiva da racionalidade ocidental está na raiz da objetivação da natureza como um domínio completamente exterior à humanidade e submetido ao império desta. Nas nossas representações culturais, tal antropocentrismo encontrou seu coroamento – via positivismo – no triunfo, a partir do século XVIII, da idéia de uma natureza cegamente destinada à exploração. É esta concepção de natureza como princípio de realidade transcendental, ao mesmo tempo domesticável e irredutível, que sustenta a ambivalência dos valores que a ela associamos: boa natureza civilizada *versus* natureza selvagem. É para esse teatro de sombras que os grupos tradicionais são convocados e eternamente condenados a nele encenar o papel de *homem natural* (ALBERT, 1995).

Representações simbólicas e míticas perpassam as distintas culturas e formas de organização social, orientando maneiras próprias de representar, interpretar

e agir sobre a natureza. Conforme sustenta o antropólogo Maurice Godelier (2001), a força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la.

Contudo, nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações, de idéias, que, de algum modo, representam o reflexo de suas condições materiais. Assim, no seio das relações materiais humanas com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam três funções primordiais do conhecimento, quais sejam *representar*, *organizar* e *legitimar* as relações dos homens entre si e de si com a natureza.

Sem grande esforço de abstração, é facilmente perceptível que as relações entre um grupo de agricultores-extrativistas e um grupo de sojicultores com uma floresta, por exemplo, são inteiramente distintas. Essas representações socialmente diferenciadas significam dois tipos de organização social e econômica, o que nos informa que a percepção social do ambiente não se dá a partir de representações exatas das limitações materiais, mas se estrutura a partir de sistemas de crenças e juízos de valor invariavelmente subjetivos, fornecendo à natureza, dimensões imaginárias de representação.

Desse modo, enquanto a floresta amazônica representa para os grupos indígenas o seu lugar – conhecido, reconhecido e acolhedor – morada dos ancestrais, para o colono oriundo do Sul do Brasil, por exemplo, ela representa, de modo geral, um obstáculo a ser vencido para se implantar a agricultura e a pecuária modernas, fontes certas de lucro. Na realidade, fazem parte de sistemas econômicos diferentes, e cada um desses sistemas determina um modo específico de interação com os recursos naturais, assim como o "bom" e o "mau" uso dos recursos, segundo racionalidades intencionais específicas.

Torna-se evidente, portanto, que não é simplesmente a natureza, as limitações naturais que motivam um tipo específico de uso dos recursos, mas as formas com que se configuram as relações sociais e suas racionalidades intencionais de produção material e simbólica (DIEGUES, 1996).

Assim sendo, é de fundamental importância, examinar as imagens e representações do bom selvagem que frequentemente os conservacionistas românticos atribuem às populações tradicionais.

A expansão de economias de mercado baseadas em alta produtividade e consumo vem se dando, com maior ou menor intensidade, em toda a Terra, com efeitos negativos, e habitualmente devastadores sobre as populações humanas que dependem diretamente dos ecossistemas para garantir a sobrevivência, ensejando, ao mesmo tempo, uma desoladora pauperização social e uma nefasta degradação ambiental.

Em muitos casos, sistemas tradicionais de manejo adaptados a ecossistemas específicos caíram em desuso, seja pela introdução das economias de mercado, pela desorganização ecocultural, seja pela substituição por outros sistemas modernos verticalmente impostos.

O empobrecimento das populações locais como fruto desses processos, e muitas vezes a miséria extrema, associada à perda de direitos históricos sobre áreas em que viveram seus ancestrais, vem levando muitas populações a explorar sobremaneira os espaços e recursos naturais em seus próprios territórios.

Assiste-se atualmente aos crescentes infortúnios que ameaçam a reprodução das populações locais, suas formas de acesso, uso e gestão de recursos naturais. Conforme se observa, a privatização – seja ela de recorte privado, seja público – de espaços e recursos comuns constitui-se em um dos processos mais evidentes de desestruturação das formas coletivas de apropriação social da natureza, o que vem impondo severas limitações às populações que utilizam e reconhecem como legítimo esse sistema de acesso aos espaços e recursos naturais.

3.3 A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS E RECURSOS NATURAIS DE USO COMUM

Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana preocupou a sociedade, porém nesta fase da história, tais preocupações se vêem redobradas, porque os problemas também se acumularam (SANTOS, 1991).

Com a inauguração da preocupação mundial com a conservação dos recursos naturais, vêm se tornando também tema de interesse global, as formas de apropriação social de espaços e recursos naturais.

Este contexto de crise de paradigmas vem produzindo, por um lado, grande desconforto a determinada parcela da sociedade. Por outro, vem gerando um processo reflexivo de questionamento dos eixos paradigmáticos de uma racionalidade tecnicista, unidimensional e monocultural (SHIVA, 2003), que impulsionam e legitimam um processo de modernização e crescimento econômico ilimitado, que por sua vez, tende a negligenciar a importância dos povos e da natureza.

Reconhece-se, nesse sentido, uma mudança significativa no grau em que a chamada crise ambiental contemporânea vem se impondo. De problemas locais ou regionais, vem se transformando em um problema planetário.

Alguns autores manifestaram diferentes opiniões na tentativa de tratar teoricamente esta hodierna crise. Garrett Hardin (1968), preocupando-se com a conservação dos recursos e com o problema da superpopulação, discutiu a maciça degradação a que o manejo dos recursos comuns estava submetido.

Para Murray Bookchin (2005), expoente da ecologia social de recorte anarquista, os sistemas hierárquicos e de dominação, próprios da sociedade urbano-industrial, são os responsáveis por induzir a humanidade a uma atitude de domínio irresponsável sobre a natureza.

No campo da política ambiental, vem-se considerando que a utilização de instrumentos de mercado pode corrigir os problemas ambientais e funcionar como força reguladora do desenvolvimento. Conforme crítica de Dryzek (1992), a abordagem econômico-liberal de mercado aposta nas forças de auto-regulação e parte do pressuposto de que pressão de concorrência e crescimento econômico podem levar ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e a novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências ecológicas.

Por sua vez, teóricos alinhados à economia ecológica manifestam a existência de uma contradição entre um mundo finito de materiais e uma sociedade consumista e de crescimento ilimitado (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Outros estudiosos, filiados à corrente marxista do ecologismo, apontam para as relações sociais capitalistas como as responsáveis pela crise ambiental (FOLADORI, 1999; 2001; O'CONNOR, 2000). Neste campo, vem-se investindo, sobretudo no reconhecimento das potencialidades e limitações do materialismo histórico dialético e sua contribuição teórico-metodológica para a análise dos problemas ambientais contemporâneos (cf. FOSTER, 2005).

A polêmica sobre o tema dos recursos comuns possui uma longa história nas disciplinas sociais, tendo sido originalmente trazido à tona como um tema no contexto do trato dos recursos naturais. Não contempla o escopo desta seção, descrever sistematicamente como este tema vem sendo tratado ao longo do tempo, porém é conveniente destacar que as formas de apropriação comum de recursos naturais vêm acompanhando o homem ao longo de sua história.

As formas de apropriação de recursos vêm sendo debatidas sob diversas perspectivas. Autores como Gordon (1954) e Scott (1955) abordaram a questão do uso comum e suas implicações para uma eficiente exploração econômica dos recursos naturais, dando ênfase ao exame dos problemas causados pela propriedade comum à economia e gestão dos estoques pesqueiros.

Garrett Hardin retoma a temática dos comuns no clássico artigo "The tragedy of the commons" de 1968. Preocupando-se com a conservação dos recursos e com o problema da superpopulação, o autor discute fundamentalmente a maciça degradação a que o manejo de recursos de propriedade comum, como os oceanos, os rios, a atmosfera e as áreas de parque estão submetidos.

Hardin apresenta uma experiência de raciocínio e solicita ao leitor que imagine um hipotético pasto aberto a todos. Assumindo que cada criador tentaria, racionalmente, manter tantas cabeças de gado fossem possíveis, cada criador procuraria maximizar seus ganhos criando mais animais do que a pastagem poderia suportar, uma vez que obteriam todos os ganhos provenientes dos animais extras e somente uma fração do custo decorrente da sobreexploração da pastagem.

De outra forma, os benefícios derivados de tal racionalidade seriam individualmente apropriados, enquanto os custos seriam distribuídos a todos, resultando em uma trágica perda de recursos para a totalidade dos criadores. Em suas palavras:

> Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit, in a world that is limited. Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all (HARDIN, 1968, p. 1244).

Para o autor, é inevitável a tragédia da escassez, se as regras do presente continuam a ser as mesmas do passado. Ele concorda que, qualquer estratégia baseada na consciência individual dos danos ambientais, não poderia impedir que a maioria dos

indivíduos continuasse orientando suas ações para a realização de desejos e apetites egoístas, independentemente de suas consequências degradantes para o todo. Assim sendo, afirma que as paixões dos homens necessitam de controles externos ou ações coercitivas para que seja possível produzir as melhores condições de existência para a humanidade.

A proposta hardiniana baseia-se, portanto, na suposição de que a propriedade privada e o controle estatal constituiriam-se na melhor prevenção contra o abuso e o desperdício dos recursos naturais. Entretanto, estudos empíricos sobre gestão de recursos naturais não confirmam a tese de que proprietários privados possuem maior "responsabilidade ambiental" em relação a populações que manejam recursos naturais de forma coletiva.

Esta problemática da gestão coletiva de recursos naturais vem sendo enfrentada por pesquisadores ligados à teoria da escolha racional e ao neo-institucionalismo. Trata-se de um campo marcado pelo debate em torno dos dilemas da ação coletiva e dos mecanismos que permitem a superação destes dilemas por grupos envolvidos com o manejo de recursos naturais, sobretudo em condições de escassez.

Mancur Olson (1995) sustenta que indivíduos defendem preferencialmente seus próprios interesses, sendo impossível a ação coletiva para regular o uso apropriado dos recursos. Esta concepção baseia-se na premissa de que, alguém que não pode ser excluído de obter os benefícios de um bem coletivo, tem pouca motivação em contribuir voluntariamente para prover este bem.

A contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, ou em outros termos, entre os interesses individuais e os interesses do grupo, está na base dos dilemas da ação coletiva. Aponta-se, em virtude desta contradição, a necessidade da existência de sanções ou incentivos para que haja participação dos indivíduos, principalmente quando se tratam de grupos grandes.

Pequenos grupos, diferentemente, podem garantir esta participação sem recorrer a sanções ou incentivos, porque os membros podem concluir que seu ganho pessoal com a aquisição de um bem supera os custos para prover certa quantidade deste bem. Nas palavras de Mancur Olson,

> The most important single point about small groups in the present context, however, is that they may very well be able to provide themselves with a collective good simply because of the attraction of the collective good to the individual members. In this, small groups differ from larger ones. The larger

> group is, the farther it will fall short of obtaining an optimal supply of any collective good, and the less likely that it will act to obtain even a minimal amount of such a good. In short, the larger the group, the less it will further its common interests (OLSON, 1995, p. 36).

Elinor Ostrom (1990; 2002), por outro lado, desenvolve alguns princípios de funcionamento para explicar a persistência dos sistemas de uso coletivo de bens comuns. Dentre as condições necessárias para motivar as pessoas a buscar soluções a esse respeito, a autora identifica oito princípios que, na sua concepção, governam esses sistemas, quais sejam:

a. Existência de um interesse comum, normalmente, econômico;

b. Possibilidade de se organizar e definir as regras para a sua própria gestão de bens comuns;

c. Conhecimento dos recursos em questão;

d. Ausência de um agente dominante que possa impedir a ação coletiva;

e. Definição de arranjos institucionais;

f. Monitoramento regular;

g. Sanções contra indivíduos desviantes;

h. Construção de instâncias para resolução de conflitos.

Nesta perspectiva, a discussão em torno dos direitos de propriedade fornece alguns desdobramentos relacionados a dois aspectos, fundamentalmente: a natureza do recurso e os regimes de propriedade.

A natureza do recurso pode ser definida a partir de dois atributos. O primeiro é a "exclusão" (*excludability*), isto é, a dificuldade ou impossibilidade de excluir potenciais usuários ou controlar o acesso dos mesmos. O segundo atributo está relacionado à "subtração" (*subtractability*), ou seja, a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. Neste caso, "o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de outro usuário" (FEENY et al., 2001).

Desse modo, Berkes et al. (1989) definem recursos comuns como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração. A partir desta definição, compreende-se que esses recursos podem ser apropriados sob distintos regimes de propriedade, em que propriedade refere-se a um conjunto de direitos de apropriação sobre determinado recurso.

Os direitos de propriedade são assegurados através de contratos, os quais conferem algum controle sobre o recurso. Desta forma, Feeny et al. (2001) definem quatro tipos analíticos ideais, embora no campo do concreto esses tipos podem complementar-se entre si, podendo também haver sobreposição e combinações conflitantes de categorias, além de variações em cada um dos tipos. São eles: o livre acesso (*open access)*, a propriedade privada (*private property*), a propriedade comum (*common property* ou *communal property*) e a propriedade estatal (*state property*).

Regimes de acesso livre são aqueles em que não há direitos de propriedade bem definidos, o acesso ao recurso não é regulado e é aberto a todos. No caso da propriedade privada, os direitos de acesso e uso do recurso pertencem a um proprietário individual ou a uma corporação, que tem ainda a possibilidade de transferir este direito a outra pessoa. Em regimes de propriedade comum, o recurso é apropriado por uma comunidade de usuários bem definida, e estes usuários têm o poder de excluir outros usuários, ao mesmo tempo em que regulam o acesso e uso interno. Finalmente, a propriedade estatal refere-se a situações em que o recurso é controlado por um governo central, seja em âmbito nacional, regional ou local, sendo o Estado quem regula o acesso e uso do recurso (FEENY et al., 2001).

Embora o regime de propriedade sob o qual os recursos são apropriados seja uma variável importante para compreender o comportamento e os desdobramentos associados ao manejo de recursos naturais, é preciso dispensar igual atenção aos arranjos institucionais que governam o acesso e o uso desses recursos.

De outro modo, o comportamento dos indivíduos é influenciado tanto pela natureza do recurso quanto pelo regime de propriedade, assim como pelo contexto institucional. Apesar das limitações em estabelecer critérios contundentes para examinar o êxito ou o fracasso do manejo, dada a sua natureza multidimensional, este dependerá diretamente da relação daqueles fatores.

A base do modo de produção de distintos grupos assenta-se na concepção de posse e uso comum de espaços e recursos naturais. Tais grupos, ao conceber estes patrimônios como bens comuns, obedecem a regras definidas nos cânones do direito consuetudinário, historicamente fundador de sua territorialidade.

Assim, determinado grupo de indivíduos reparte os direitos e responsabilidades sobre os recursos, os quais são definidos através de regras informais, que se sustentam através de práticas locais de uso e manejo. Dessa maneira, a

propriedade comum não se caracteriza por livre acesso a todos, mas por acesso limitado a um grupo específico de usuários que reconhece essas práticas e as respeita como um sentido de coletividade.

Nessa perspectiva, o antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (1989) sustenta que as modalidades de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social.

Para o autor, tais normas atualizam-se em territórios próprios, possuindo a territorialidade um caráter identitário, onde os laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável sobre a qual os grupos sociais garantem a seus membros, direitos estáveis de acesso, uso e controle dos recursos. O território reivindicado por determinados grupos constitui o conjunto de recursos que estes desejam e se sentem aptos a explorar sob condições técnicas particulares.

Em nenhum grupo, as realidades naturais se reduzem simplesmente a seus aspectos físicos, de modo que todas as formas de atividades concretas que o homem inventou para se apropriar das realidades naturais, contêm e combinam – ao mesmo tempo e necessariamente – gestos e comportamentos materiais para agir sobre os aspectos visíveis, e gestos e comportamentos simbólicos para agir sobre seu território invisível.

O trabalho, que recria continuamente essas relações, circunscreve, pois, aspectos visíveis e invisíveis, dimensões múltiplas, aproximando elementos técnicos ao mundo mágico, ao ritual, ao simbólico.

As variadas noções de propriedade estabelecidas pelos grupos sociais funcionam por dentro de um território e se referem às maneiras pelas quais os membros de um grupo usam suas regras para organizar seus atos concretos de apropriação.

Os regimes de propriedade existentes dentro de um território constituem parte essencial da estrutura socioeconômica e cultural de um grupo, visto que constituem a condição legítima que governa o acesso aos recursos e aos meios de produção (GODELIER, 2001).

Há evidências concretas da habilidade desenvolvida por diversos grupos em utilizar e alocar os direitos de uso entre seus membros. No Brasil, vários trabalhos resumem o crescente volume dessas evidências, dentre os quais se destacam McGrath et al. (1998), Cordell (2000; 2001), Cunha (2002), Schmitz et al. (2006), Ximenes (2006), *et coetera*.

A despeito de se fazerem concretamente presentes ao redor do planeta, os sistemas tradicionais de apropriação comum de espaços e recursos naturais vêm sofrendo processos nefastos de desestruturação. Segundo Diegues (2001), há hoje no Brasil uma variedade de formas de acesso a espaços e recursos naturais de uso comum, que por muito tempo foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas hegemônicas de apropriação da natureza.

Os modos específicos como esses sistemas coletivos funcionam, variam enormemente segundo as relações sociais estabelecidas no seio de cada grupo, sendo as relações de parentesco, uma das dimensionalidades sociais mais comuns para definir o acesso aos espaços e recursos naturais.

As etnografias produzidas sobre grupos indígenas, por exemplo, nos indicam diferentes maneiras pelas quais as unidades de parentesco funcionam também como unidades territoriais, como as formas coletivas das atividades de caça e da distribuição social da carne e de outros bens, assim como a organização social das coletas e do processamento de frutos, sementes e tubérculos a serem apropriados, cotidiana ou esporadicamente, como em festas e ritos específicos.

Diversos autores descrevem as formas coletivas de apropriação dos recursos naturais em conexão com as regulamentações do comportamento recíproco a elas associadas, indicando que esses padrões de cooperação e ajuda mútua dão origem a um sistema intergrupal de equilíbrio econômico, através do qual se processam redistribuições das utilidades econômicas.

Os regimes de propriedade encontrados nos grupos remanescentes de quilombo, por exemplo, possuem diferenças marcantes em relação aos regimes de propriedade estabelecidos nos grupos indígenas, contudo se mantêm dentro da ampla categoria de regimes de propriedade comum.

O controle sobre a terra e seus recursos se faz pela coletividade, sendo exercido pelo grupo, o qual define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, na co-participação de valores, nas práticas

culturais, e, principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvida no enfrentamento de situações de alteridade propostas por grupos outros.

Acerca dos caiçaras do litoral brasileiro e de outras populações tradicionais, Diegues (1996) descreve as variadas formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais baseadas num conjunto de regras e valores consuetudinários, da "lei do respeito", e de uma rede de reciprocidades sociais, onde as relações de parentesco e compadrio assumem papel preponderante.

Entre os ribeirinhos na Amazônia e os pescadores artesanais do litoral, existem formas de apropriação articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas. No caso dos grupos de pescadores artesanais, o usufruto coletivo de determinadas áreas estende-se para além da terra para incluir territórios marinhos. Para esses grupos de pescadores, a marcação é um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar (SALDANHA, 2005). A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o mar compreende também a noção de lugar, mediante a qual os chamados povos do mar definem e delimitam seu território.

A vida e, evidentemente, tudo o que nela encerra, é o que se oferece à apropriação da espécie humana, o que se dá através da cultura. Tornar própria a natureza constitui o genuíno ato de se apropriar da matéria na sua espaço-temporalidade, por onde se conformam os territórios (PORTO-GONÇALVES, 2006). É exatamente esta dinâmica de apropriação da natureza que se examina neste trabalho. Sigamos ao próximo capítulo para detalhamentos sobre o grupo em questão.

CAPÍTULO IV

4. O CANTINHO E SUAS POLIFONIAS

Registrar, organizar, interpretar e textualizar de forma inteligível, informações oriundas dos diálogos com informantes locais representa um considerável esforço material e espiritual a um pesquisador interessado em compreender os processos sociais tocantes à etnoconservação e apropriação social da natureza.

A característica universal da humanidade é sua plasticidade, sua capacidade de ajuste e adaptação às realidades vividas. Através da experiência empírica, informados por esse caráter de adaptabilidade, formamos e transformamos a nós e aos outros com quem interagimos. Esta é a base conformadora da diversidade, esta que nos torna ora exóticos, ora familiares.

O grupo em exame nesta dissertação é único, dentre outros aspectos, principalmente pelas formas específicas de interação com os buritizais, pela interpretação simbólica da natureza, pela força das relações de parentesco e compadrio, pelo exercício do extrativismo vegetal como atividade socioeconômica e pelo manejo dos recursos naturais através da utilização de técnicas próprias, histórica, social e culturalmente construídas e informadas pela ancestralidade, através da memória coletiva e transmitidas vertical, horizontal e transversalmente pela oralidade.

Assim, enquanto parte da humanidade orienta-se linearmente pelo tempo cronológico, outra parte que vive segundo um gênero de vida tradicional, associa suas atividades socioculturais aos ritmos, pulsos e ciclos da natureza, desalinhando-se, em alguma medida, do tempo do relógio, ajustando-se, por outro lado, aos ciclos da natureza.

O tempo ecológico é o tempo da ciência do concreto. É com base nessa temporalidade que o grupo estabelece suas relações materiais e simbólicas com a natureza. É a natureza da natureza que indica a direção do vento, a posição do sol, as fases da lua, o ritmo de crescimento das plantas, o baixar e subir das marés, e o movimento das águas do rio, que recebe a pulsante influência do mar. É a natureza do

homem, da mulher, que percebe (e faz perceber) esses ritmos, esses pulsos, e abre os umbrais da interconexão subjetiva com as outras espécies.

É neste sentido que o antropólogo Philippe Descola (1997) sugere que, para os Achuás na Amazônia equatoriana, por exemplo, a floresta e as roças, longe de se reduzirem a um lugar de onde retiram os meios de subsistência, constituem o palco de uma sociabilidade sutil em que, cotidianamente, entram em contato com seres que, somente a diversidade das aparências e a falta de uma linguagem verbal os distinguem de seus congêneres humanos.

Assim é que aquele grupo amazônico não parece fazer distinções ontológicas entre humanos, vegetais e animais, interconectando-se os seres, uns aos outros, por um vasto *continuum*, governado por um princípio geral de reconhecimento simbólico, em que a identidade dos humanos e a natureza das plantas, dos animais, dos minerais, dos espíritos e dos ancestrais é completamente relacional, portanto, mutável.

O extrativista, a artesã, o (a) lavrador (a) e o pescador no Cantinho ao mesmo tempo em que estabelecem a ordem mental nas conexões com a natureza, ligam-se eles (as) próprios (as), aos mundos humano, mineral, animal e vegetal. Graças às conexões que mantêm com os componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas locais, o grupo se reproduz biológica, social e culturalmente.

As mais íntimas conexões locais parecem se dar com as águas. De todos os elementos, nenhum tem a abrangência simbólica da água. Seus significados não são apenas múltiplos, mas cambiantes e antagônicos. Se cai como chuva é benéfica; se salgada é estéril; se parada, infecta; límpida, atrai e dessedenta; fertiliza, salva e mata. É nas águas que vive o buriti, e é de lá que vem o linho, que vira arte e garante o sustento às famílias.

São múltiplas as conexões com os componentes vegetais. Muitas são as plantas com as quais o grupo se conecta e interage. Além da conexão orientada para a alimentação, outras de semelhante importância manifestam-se, como para a construção e para o artesanato, a exemplo do já citado buriti e da carnaúba.

No Cantinho, o artesanato de buriti é reconhecido pela sua qualidade e resulta de uma laboriosa e íntima convivência com esta palmeira. De modo geral bastante abundante, sua população dá suporte ao artesanato local fornecendo o *olho* (broto das folhas) para a *tirada* do linho e confecção do artesanato (Foto 2).

Foto 2. Artesã com os "olhos" de buriti recém-coletados.

Ao buriti, conectam-se as águas dos rios, posto que é lá que viceja aquela portentosa palmácea. Assim ocorre com as abelhas, besouros e todos os animais que, de alguma forma, interagem com o buriti. É assim também que ocorre com as gentes, as mulheres, homens, crianças e velhos, que no transcurso de suas vidas, sentem experiências, experimentam sensações e se vêem cognitiva e subjetivamente interconectadas ao buriti, ao ver, tocar, cheirar, saborear, tecer, vestir, usar, seja o fruto, a folha, o tronco, a palha ou o linho (Foto 3).

Foto 3. Crianças *banhando* no rio Preguiças. Ao fundo, buritis vicejam ao sabor dos ventos.

Os ritmos e ciclos da natureza são percebidos, aprendidos e apropriados ao sistema sociocultural do grupo. Examinar as dinâmicas de interação do grupo com os elementos naturais é de fundamental importância para compreender sua razão prática e material de convivência com a natureza.

Não convém aqui, concluir ou esgotar os temas apresentados, mas expor e discutir os dados empíricos à luz do arcabouço teórico disponível, e apontar caminhos para investigações posteriores. Contudo, neste capítulo trata-se de responder a algumas questões centrais do problema de pesquisa, através das quais pretende-se mostrar parte significativa das interpretações dos dados obtidos junto ao grupo.

Para tanto, o capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro, trata-se de elaborar uma breve caracterização da área de estudo, contemplando sua fisiografia natural e as marcas da gente local. No segundo tópico, apresentam-se os resultados sobre a apropriação social dos buritizais e discutem-se as formas de acesso, as regras de apropriação e os regimes de propriedade construídos pelo grupo para garantir, controlar e manter o acesso e o uso do recurso. O derradeiro tópico refere-se ao manejo e etnoconservação dos buritizais, enfatizando as categorias locais de uso. Neste tópico

examina-se a categoria "conservação", a partir dos pontos de vista êmico e ético[21], o que justifica, neste trabalho, a perspectiva de pesquisa em etnoconservação. Discute-se, com base nas categorias locais, a conservação dos buritizais, suas ameaças e tensões levantadas *in loco*.

4.1 OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA NATUREZA E AS MARCAS DA GENTE LOCAL

> *"... morava num buritizal de lagoa, e fazia chapéus de palha fabricados; dos melhores"* (Grande Sertão: Veredas – Guimarães Rosa).

4.1.1 Breve caracterização da área de estudo

A Baixada Oriental Maranhense, onde se situa o Cantinho, possui área de 10.758 km^2 e se constitui fisiograficamente de terras baixas e tabuleiros arenosos (Figura 1). Configura-se em um ecocomplexo que inclui componentes ecológicos interatuantes, como o rio, a restinga, o mangue, o mar, o estuário, as terras alagáveis e os agroecossistemas de terra firme.

Trata-se de uma área entremeada de peculiaridades. Paisagens e componentes do cerrado, do semi-árido, do manguezal e da restinga coexistem e conformam a exuberância da região.

[21] A origem desse duplo conceito provém da oposição entre fonêmica e fonética, por isso se utiliza as terminologias "êmico" e "ético".

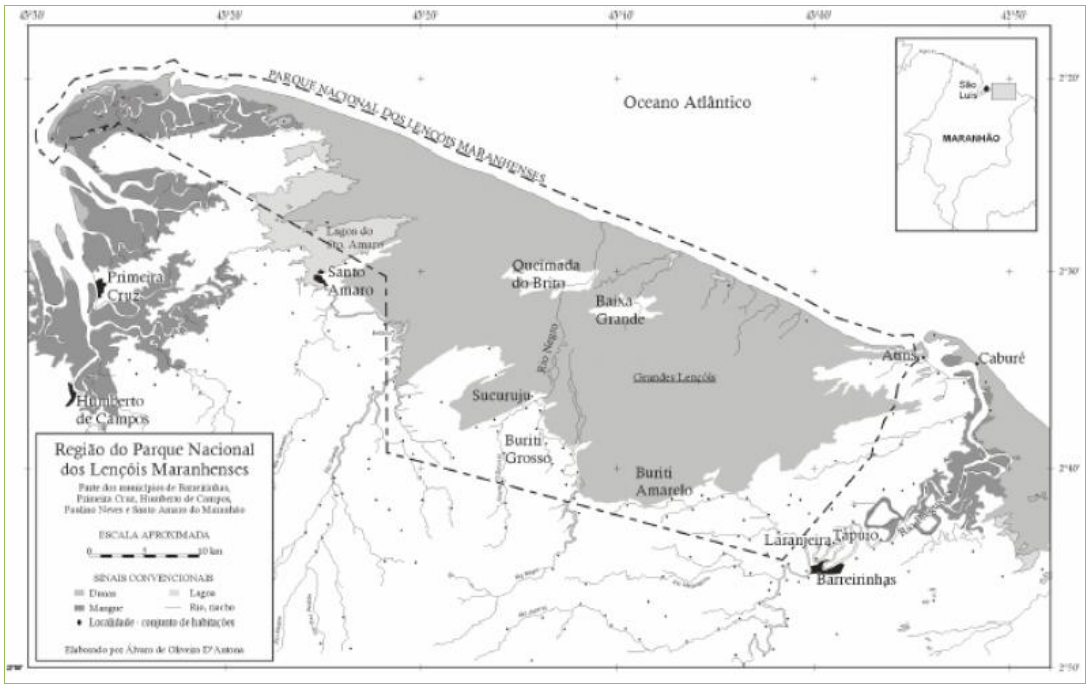

Figura 1. Localização da Baixada Oriental e do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Em termos fitofisionômicos, a região apresenta um amplo espectro paisagístico, onde sobre solos de média e alta fertilidade desenvolve-se um ecótono, cuja vegetação resulta da composição de espécies florestais e xerófilas, dados os níveis de precipitação e profundidade do solo. Sobre solos pobres e ácidos desenvolve-se uma vegetação de cerrado, onde florescem espécies típicas, como o caju e por onde se envereda o imponente buriti.

Os Lençóis Maranhenses correspondem a uma série de dunas que se prolongam desde o Golfão Maranhense até a foz do rio Parnaíba. A costa apresenta-se baixa, com dunas elevadas, restingas, lagoas, ilhas e manguezais com amplas desembocaduras (IBAMA, 1989). Dividem-se em pequenos e grandes lençóis e possuem, em conjunto, uma área estimada de 155 mil hectares. O rio Preguiças configura-se no marco que divide os pequenos (a leste) dos grandes lençóis (a oeste).

De modo genérico, os Lençóis circunscrevem os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Tutóia, Santo Amaro, Paulino Neves e Barreirinhas, onde, administrativamente se encontra o povoado Cantinho.

Do ponto de vista climatológico, a região apresenta, segundo a classificação climática de Köeppen, clima quente semi-úmido em transição com um clima quente semi-árido, com chuvas e secas marcadamente sazonais. Os totais pluviométricos anuais

encontram-se em torno dos 1.600 mm. A temperatura média anual alcança os 27°C e a umidade relativa do ar varia entre 79 e 82%.

O Cantinho constitui-se em um povoado localizado a uma distância aproximada de dez quilômetros do município de Barreirinhas. Limita-se ao Norte com os grandes lençóis, ao Sul com a sede do município, a Leste com o povoado Tapuio e a Oeste com o povoado Santo Antônio. É cortado por uma longa rua, por onde trafegam os moradores e os inúmeros turistas que, periodicamente, visitam os Lençóis Maranhenses.

As pessoas do lugar costumam, no mais das vezes, trafegar embarcadas em canoas a remo ou em *rabetas*[22] por sobre o rio, pelos fundos dos quintais das casas. Como a areia da rua acumula grande quantidade de calor, nas horas mais quentes do dia, é preferível se locomover de uma casa a outra, ou de um povoado a outro, pelo aprazível rio Preguiças.

Há, no Cantinho, um posto de saúde mantido pela Prefeitura Municipal de Barreirinhas, que atende às demandas menos complexas de saúde dos moradores do Cantinho e dos povoados vizinhos. Há também uma escola de nível fundamental, onde estudam as crianças com idade até quinze anos. O ensino médio é realizado na cidade, pois a escola do Cantinho não oferece este grau de escolaridade.

Existe uma capela, erguida e mantida em mutirão pelos moradores, onde são celebradas as missas na ocasião do festejo de São Gonçalo, santo padroeiro do lugar.

4.1.2 Organização sócio-espacial

"Ninguém no Cantinho tem documento de terra". Com esta frase, respondeu o presidente da associação, ao ser perguntado sobre o contexto fundiário no Cantinho.

> "Essa terra é terra de data. (...) Quando eles [os antigos proprietários] venderam a terra, aí tiraram uma parte bem acolá assim ó. Deu o direito pros morador daqui, entendeu? Então esses pessoal veve na sombra desses patrão que tem acolá..." (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação).

Conforme relatos, os moradores do Cantinho constituíam-se em foreiros, isto é, para ter o direito de uso da terra para plantar e colher, eram obrigados a pagar o foro,

[22] Canoas motorizadas.

uma espécie de renda da terra concedida para o usufruto laboral a um proprietário, cuja posse da terra, mesmo ilegítima, é juridicamente garantida[23].

O mais antigo proprietário das terras do Cantinho que se tem registro via oralidade é um senhor de nome Zé Reis, que tinha de posse, em suas terras, *"muito gado, bode, coco, caju, murici..."*.

Informam os moradores mais antigos que, nos anos 1960, aquelas terras foram vendidas a um senhor chamado Tales, conhecido latifundiário da região. Conta a memória coletiva que, o novo proprietário teria aceito a continuação dos lavradores do Cantinho, desde que mantido o pagamento do foro, como vinha sendo feito há anos.

Entretanto, não mais suportando as degradantes condições a que estavam submetidos, os então foreiros do Cantinho, com o apoio político do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreirinhas, iniciaram um processo de organização de classe, no sentido de reivindicar seu próprio quinhão de terra.

> O presidente [do sindicato de trabalhadores rurais de Barreirinhas] chegou, chamou nós e disse: vocês querem continuar pagando foro? Gente, óia, tá na hora de vocês procurar o que é de vocês, procurar o documento desse terreno, que esse dono aí tem esse documento. Aí nesse momento nós mandêmo duas pessoa ir lá procurar se existia esse documento, e acharam o documento. Acharam **seiscentos metros de marinha**, e acharam **cento e vinte e oito braças[24] de terra de data!** (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação; grifos meus).

Um episódio de grande importância, revelado por uma lavradora que, à época, participou ativamente do processo de luta pela garantia da terra é assim descrito:

> "Nós fumo medir o terreno, nós tiremo seiscentos metro de marinha. Ele [o proprietário de nome Tales] veio bem pertinho do nosso terreno querendo roçar numa parte do terreno nosso. A gente disse: 'assim que tocar fogo, a gente planta logo em seguida' (...) Tocaram fogo de tardinha, quando foi no dia seguinte de manhãzinha, nós tava lá setenta pessoa plantando arroz, era mulher, homem e menino (...) Os trabaiador dele chegaram ali logo também, quando eles viram aquele bando de gente, eles correram e foram dizer pro Tales: 'Tem gente na terra plantando, tá como formiga'. Logo chegou o Tales, chegou o prefeito, chegou o delegado..." (Dona Joana, lavradora aposentada).

Conforme recodra o atual presidente da associação:

---

[23] A propriedade privada (do latim *privare*) significa privar o outro, revelando a noção subjacente de que a propriedade era, antes de tudo, comum. A propriedade privada assinala o caráter etnocêntrico inscrito no Estado Territorial Moderno que encontra, nos cânones do Direito Romano, seu fundamento maior. A idéia da manutenção de espaços mutuamente excludentes, como o é a propriedade privada, vem sendo imposta ao mundo como se tivesse caráter universal, ignorando as diferentes formas existentes de apropriação da natureza.

[24] Uma braça equivale a, aproximadamente, 2,20m.

> "Não teve sangue, teve muito foi debate. (...) Depois de uns tempo, chegou uma autoridade e disse que ia dar o terreno pra nós, porque era nós mesmo que era os lavrador, era nós que plantava, só que o Tales tinha plantado quinze linha de arroz. Sei que aí **nós fiquêmo com mil e poucos metros** e o Tales também. Aí veio um prefeito e comprou o outro pedaço da terra de data e adoou pra nós..." (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação; grifo meu).

Atualmente a terra do Cantinho pertence, formalmente, à associação e seus quarenta sócios. A população local é estimada em 500 habitantes, com aproximadamente uma centena de famílias, excetuando-se a Vila São José, uma ocupação recente, vizinha do Cantinho.

> "(...) Aqui ninguém não via cristão, só tinha mato... Só tinha três casa aqui. O resto era só mato... Menino era brabo, não via ninguém, não senhor. Lobisomem tinha que fazia medo. De dia, a mata era escura que... Essas famía foi aumentando, foi aumentando, hoje tudo esses pessoal aqui é tudo uma parentada só. Só não tá mió porque tem agora essa invasão ali..." (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação).

O trajeto ao povoado é feito através de embarcações próprias ou lanchas fretadas. Há ainda uma balsa mantida pela Prefeitura Municipal de Barreirinhas que auxilia na travessia de caminhonetas e demais veículos de passeio de uma margem a outra do rio Preguiças (Foto 4).

Foto 4. Travessia no rio Preguiças.

Atravessando o rio na balsa, ao se chegar à outra margem, é preciso caminhar pela areia fofa por aproximadamente trinta minutos para se chegar ao Cantinho. Trata-se de uma tarefa que demanda demasiado esforço físico, sobretudo no *verão*, quando o sol e os ventos são intensos, tornando o terreno com uma textura ainda mais arenosa, conformando um grande areal por todo o trajeto (Foto 5).

Foto 5. Vista geral do caminho de acesso ao Cantinho.

4.1.3 Conexões com os recursos naturais

O grupo local acessa e apropria os recursos naturais de forma comum. Trata-se de um grupo social que vem mantendo e gerindo seu espaço e seus recursos ao longo do tempo, a partir de práticas tradicionais de manejo de seus ecossistemas, aliando a *roça no toco*; a pesca artesanal de pequenos peixes, como a piaba, o cará e a traíra, utilizando apetrechos simples, como a garrafa e o anzol; o extrativismo vegetal de espécies frutíferas, como o caju e o murici, e o artesanato de carnaúba e buriti.

São mulheres auto-identificadas como artesãs e homens que, embora se reconheçam como lavradores, realizam as atividades de extração dos recursos naturais, apropriadamente organizadas de acordo com as dinâmicas locais, disponibilizando assim, às mulheres, a matéria-prima fundamental para a produção do artesanato local.

As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades do lar. Cuidam da casa, da alimentação e dos filhos. São fundamentais na economia local, uma vez que são responsáveis pela produção de artesanato de fibra de carnaúba e buriti, atividade esta de grande importância na composição da renda familiar local. Ademais, a maioria das mulheres se reconhece agricultora, uma vez que plantam, zelam e colhem os alimentos nas roças.

Os homens adultos, além da lida da terra, possuem papel fundamental na extração da matéria-prima do artesanato. Embora algumas mulheres, sobretudo as solteiras, realizem eventualmente a tirada do olho do buriti para produção do artesanato, são comumente os homens, os responsáveis pela coleta da matéria-prima do artesanato, sendo aqui denominados extrativistas, enquanto as mulheres serão chamadas artesãs.

De modo geral, os principais elementos que fundamentam a base alimentar do grupo são a farinha, o pescado e as *criações* (galinhas e porcos), assim como os demais recursos animais e vegetais apropriados sob a forma de caça e coleta.

A palha e o tronco de buriti e de carnaúba, assim como as espécies madeireiras a exemplo do cedro e da aroeira, são amplamente utilizadas para a construção das casas.

A mandioca representa a conexão do grupo com as atividades agrícolas e se constitui no item mais importante da dieta familiar. Dos tubérculos deste nutritivo vegetal, as famílias extraem alguns subprodutos, como a farinha seca e de puba, a tapioca para beiju e bolos, o tucupi para o preparo de pimentas em conserva e demais pratos locais, como o chibé e o mingau de farinha.

Em ajuste com o ritmo das chuvas e com as condições biofísicas dos agroecossistemas, as famílias locais, através de técnicas tradicionais de cultivo e processamento, mantém as roças, a colheita e o beneficiamento dos produtos de forma parcialmente artesanal, uma vez que se podem observar máquinas rústicas facilitando os processos de beneficiamento, a exemplo do *catitu*, conforme se percebe na fotografia abaixo.

Foto 6. Lavradora *relando* mandioca no *catitu* com o auxílio de seu filho.

A farinha alimenta as famílias e o pouco excedente é levado pelas mulheres à sede do município de Barreirinhas, para venda e obtenção de outros produtos, como roupas e insumos básicos, sobretudo associados à alimentação, a exemplo de sal, açúcar e óleo (Foto 7).

Foto 7. Mulheres e crianças organizando os produtos para comercialização em Barreirinhas.

Na estação seca ou no *verão*, as famílias *botam* roças de mandioca, e o processamento ocorre na casa de forno de uso comum. Convém registrar que as famílias cultivam espécies alimentares sob a forma de consórcios, conforme indica um informante.

> "Cada um sócio [da associação de trabalhadores rurais do Cantinho] tem seu pedaço de terra, assim de duas linha[25], mais ou menos... Uma linha de mandioca e uma de banana, e um feijãozinho no meio da mandioca. Banana a gente vende e come, o feijão é só pra comer mesmo..." (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação).

O cultivo de arroz e cana-de-açúcar foram frequentes no Cantinho em tempos anteriores, entretanto, são poucas as famílias que mantêm esses cultivos em suas roças atualmente.

> "Nós tinha um canavial grande, nós tinha muito feijão, muito arroz, nós tinha um bananal grande. Hoje nós não tem mais cana, e o arroz é pouco aqui, pouca gente planta..." (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação).

Toda a evolução da vida se processa por meio das complexas cadeias tróficas, assim como da constituição dos *habitats* e dos hábitos, dependendo diretamente da luz

[25] Uma linha de roça equivale a 25x25 braças, isto é 55x55m, 3.025m², ou ainda 0,3 ha.

do sol para garantir suficiente produtividade biológica primária líquida, que é a fotossíntese. Assim é que os animais dependem de uma produção fotossintética primária, uma vez que, somente a partir dela, é possível a existência de herbívoros, a partir desses, os carnívoros, e toda a complexidade que constitui as cadeias tróficas, por onde se desenvolvem complexos ciclos de nutrientes, fazendo a energia fluir e se transmutar em alimento.

O sucesso de qualquer espécie animal depende diretamente de como resolver a questão da alimentação, do abrigo e da proteção por meio da constituição de seus *habitats* e hábitos.

A antropologia, a arqueologia e outras ciências que se dedicam ao estudo dos agrupamentos humanos são importantes para nos esclarecer, no caso específico da espécie humana, como os diferentes territórios vieram se constituindo ao longo da história.

No caso da espécie humana, a constituição de diferentes modos de estar juntos (Foto 8) indica a relação entre as instituições que fazem com que um determinado agrupamento humano se distinga dos demais – e que se sintam como tais – e o espaço que ocupam como seu espaço de vida e que conformam como o mundo da vida (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Foto 8. Crianças partilhando um apimentado *chibé* com peixe seco.

A combinação da agricultura com a utilização das terras de uso comum, seja sob a forma de pastagens, seja como fonte de coleta de madeira, de plantas medicinais e de outros recursos, foi a prática mais difundida em todos os continentes ao longo da história humana. Entretanto, este sistema de apropriação dos espaços e recursos naturais, e as populações que dele fazem uso, vêm experimentando atualmente um grave processo de desestruturação em todos os recantos do planeta.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), ressaltando a importância das agriculturas na conformação histórica da humanidade, argumenta que há uma forte conexão entre a agricultura e a expansão e consolidação de diversos troncos linguísticos existentes ainda hoje no planeta. Desse modo, além da diversidade biológica, há um grande legado de conhecimento sobre o mundo vegetal, animal e mineral que a humanidade herdou por meio dos variados povos e culturas.

Como forma de garantir a perenidade na disponibilidade de alimentos, as famílias do Cantinho cultivam espécies frutíferas nativas e exóticas em pequenos, porém fecundos *quintais agroflorestais*. As espécies mais observadas são limão, laranja, caju, abacaxi, manga, murici, acerola, pitanga, mamão, abacate, banana, goiaba e buriti.

Espécies florestais como o gonçalave e a aroeira também estão presentes em alguns quintais. Esta primeira é utilizada no tingimento das peças artesanais locais, embora já se possa observar uma orientação das artesãs às tinturas industrializadas, em parte, por motivo de escasseamento desta espécie na área de influência do Cantinho.

Macaxeira, vinagreira e urucum podem ser facilmente observadas nos quintais do Cantinho, sendo a derradeira espécie, utilizada tanto para uso culinário, em pó, sob a forma de corante, quanto medicinal, sob a forma de lambedor (xarope artesanal), para tratamento de afecções do sistema respiratório, como asma, falta de ar e *catarro preso*.

Há famílias inteiramente dependentes do mercado externo para o atendimento de suas necessidades alimentares, outras têm criação de animais domésticos para consumo próprio, notadamente as galinhas caipiras e os porcos. Por outro lado, as mulheres da maioria das famílias entrevistadas cultivam hortas domésticas em canteiros suspensos nos quintais, sendo a cebolinha e o coentro, as hortaliças predominantemente cultivadas, embora possa haver pimenta de cheiro em alguns canteiros com maior diversidade de espécies.

Os quintais no Cantinho são ricos também do ponto de vista medicinal. Foram observadas muitas espécies em crescimento espontâneo, assim como em hortos medicinais cuidadosamente zelados, sobretudo pelas mulheres. Espécies como língua-de-vaca, mastruz, cabacinha, Santa Quitéria, erva-cidreira, hortelã, boldo, babosa e capim limão, foram as mais observadas.

O extrativismo vegetal é aqui entendido como a coleta de espécies de plantas ocorrentes em diversos contextos ecossistêmicos, cuja orientação ao mercado, representa a necessidade de ingressos econômicos no conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo (Foto 9).

Foto 9. Palha de buriti (acima) e de carnaúba (abaixo) secando ao sol.

No Cantinho, o buriti constitui-se em um dos recursos naturais mais explorados, exercendo importante papel na economia local. Por proteger as margens e nascentes dos rios, esta palmeira assume também grande importância ecológica.

Considerada a palmeira mais abundante do Brasil, o buriti apresenta ampla distribuição geográfica, ocorrendo em praticamente todo o país (LORENZI et al., 2004), onde pode ser encontrada formando densos agregados – os buritizais – às margens dos corpos hídricos.

Esta palmeira é amplamente utilizada pela população local para diversos fins, dentre os quais se destaca seu fruto na fabricação de óleos, sucos e doces; seu estipe na construção de pontes temporárias, e nas casas, o teto e as paredes. Do olho do buriti, as artesãs tiram o linho, habilidosamente apropriado ao trançado tradicional local (Foto 10).

Foto 10. Artesãs tecendo *pulseirinhas*.

Em outros tempos, a atividade artesanal se restringia ao fabrico de bens utilitários como jacás, tapitis, tarrafas, cordas, redes, cofos, vassouras, chapéus, paneiros, e ainda, acessórios localmente utilizados, como adornos e roupas para uso em festejos populares.

> "Sempre [as pessoas] usava era a palha da carnaúba pra fazer sacola, vassoura, essas coisa assim. A fibra do buriti a gente usava mesmo mais só pra fazer rede. Rede pra deitar, pra descansar meio-dia, pra dormir mesmo... Foi de certo tempo pra cá, deve tá com uns quinze anos, que se expandiu esse trabalho de artesanato de linho, inclusive já fazem até roupa, tanto do ponto macramê, como do crochê da fibra do buriti. (...) fazem pulseira, sacola, biquíni, saia, blusa, toda coisa. Fazem tudo, até essa parte assim da época de bumba-meu-boi, tudo a gente tem feito muitas peças aqui na época do bumba-meu-boi, do carnaval..." (Dona Bebel, professora aposentada).

A todo instante contempla-se o buriti. Esta palmeira domina a paisagem, evidenciando a abundância com que se envereda pelo rio. Contudo, inúmeros indivíduos estejam minguando diante de sucessivos anos de exploração. Os informantes não definem claramente os problemas oriundos da exploração indiscriminada do buriti, embora, algumas pessoas se mostrem preocupadas com o uso intensivo que das palmeiras se faz.

> "Eu nunca improibí ninguém de tirar seus ói. Aí os pessoal diz assim: 'rapá, pelo amor de Deus, vai acabar o buritizal'. Aí eu digo: 'quem se acaba é nós!'" (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação).

O trecho "quem se acaba é nós" da fala acima referenciada, representa uma sensível percepção do problema que pode vir a ser ocasionado no caso de uma sistemática depleção dos buritizais. Informado pela profunda conexão e relação de dependência existente entre o grupo local – representado pelo "nós" – e os buritizais, o informante atinge a compreensão de que, "acabando" os buritizais, em virtude da coleta intensiva, é o grupo, o primeiro atingido, uma vez que estabelece, para além de uma conexão meramente econômica, uma conexão vital com aquele recurso natural.

Há também a confecção de artigos diversos em palha de carnaúba (Foto 11), assim como de outros materiais, para diversos fins, como o barro (argila) para feitura de potes, pratos, jarros, tijolos; os cipós e talos para feitura de jacás, munzuás, currais de pesca, balaios, peneiras, tapitis e cestos; e os pilões, cochos, gamelas, acessórios para casa de farinha, canoas e barcos, todos feitos a partir de espécies madeireiras locais, como cedro, bacuri, pau d'arco e piqui.

Foto 11. Vista geral de um carnaubal.

4.2 EXAMINANDO A APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS BURITIZAIS

Conforme Porto-Gonçalves (2006), as formas comuns de acesso e apropriação dos recursos naturais eram muito mais difundidas do que a propriedade privada, imposta como modalidade única e exclusiva de organização da sociedade. Assim, o direito pautado nos costumes, isto é, o direito consuetudinário, vem sendo considerado inferior à medida que esta sociedade mesma avança em seu empreito homogeneizante de racionalidades e formas de conexão com a natureza.

Nesse processo de expansão e dominação, não se pressiona apenas a biodiversidade, mas a diversidade cultural e as múltiplas formas de apropriação social e culturalmente construídas.

A despeito da disponibilidade de toda a riqueza de recursos naturais, atualmente a população do Cantinho encontra-se submetida à progressiva depleção dos ecossistemas locais, possivelmente oriunda das recentes formas predatórias de uso e ocupação do território.

O advento da privatização de extensas e contíguas áreas de terra e água (o rio, no caso), a partir do final da década de 1990, inaugurou uma dinâmica degradante de remoção de porções consideráveis das vegetações ciliares e do manguezal para a implantação de complexos hoteleiros e casas de veraneio.

Foto 12. Casa de veraneio situada no Cantinho.

As metamorfoses do espaço, materializadas nas assimetrias do ter-e-poder, exerce considerável influência na estrutura e funcionamento dos ecossistemas locais, incidindo de forma particularmente funesta sobre o Cantinho.

4.2.1 Formas de acesso, regimes de propriedade e regras de apropriação dos buritizais

As formas de acesso aos buritizais influenciam peremptoriamente no domínio das práticas, dos saberes, do uso sustentável e da conservação do recurso. De modo geral, o acesso aos buritizais obedece a regras de apropriação comum, que se processam a partir de distintas formas, engendrando-se em diferentes regimes de propriedade.

Para compreender as formas de uso, manejo e etnoconservação de recursos comuns, é essencial distinguir o que Elinor Ostrom (1990) cunhou de "sistema de recursos" e "unidades de recursos". A distinção entre os recursos como estoque, e a colheita de unidades de recursos como um fluxo é útil, notadamente em relação aos recursos renováveis, sobre os quais é possível definir uma cota de reabastecimento. Portanto, desde que a cota média explorada não ultrapasse a cota média de reabastecimento, uma fonte de recursos renováveis pode se sustentar por tempo indeterminado.

A característica dos buritizais é de um sistema de recursos naturais que fornece um fluxo de unidades de recursos (os "olhos"), os quais não são apropriados conjuntamente, embora o sistema de recursos seja apropriado de forma comum.

As regras locais de apropriação dos buritizais fundamentam-se no respeito mútuo e na reciprocidade. O sistema de posse parece apoiar-se em uma ética cooperativa, da qual nasce uma noção endógena de respeito que assegura o usufruto comum do recurso. Trata-se de um código de conduta pessoal que requer honra e deferência, configurando-se, portanto, em um aspecto referencial cognitivo associado à consciência coletiva do grupo.

Conforme argumenta o antropólogo John Cordell (2001), em um trabalho sobre marginalidade social e apropriação territorial marítima, este código de honra, intimamente ligado à reciprocidade, forma e governa as relações pessoais.

> A ética associada ao respeito vai além de um cerimonial: ela liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. Nas comunidades em que o capital é escasso, o respeito (...) é a medida da dignidade das pessoas (CORDELL, 2001, p. 144).

A reputação de uma pessoa oscila em função do respeito. Para o extrativista, a exemplo do pescador artesanal, a falha em honrar este tipo de reciprocidade pode ser muito mais devastadora do que a ruptura de uma lei formal.

Analogamente à interpretação de Schmitz et al. (2006) para o caso das catadoras de mangaba no nordeste brasileiro, não há no Cantinho, uma tentativa evidente de estabelecer um quantitativo máximo permitido de extração. Contudo, a coleta excessiva dos olhos do buriti pode prejudicar o sistema de apropriação do recurso, uma vez que pode inviabilizar a reprodução da vida das palmeiras, interditando as disponibilidades presentes, configurando-se em um claro descompromisso sincrônico com as gerações presentes e um evidente descompromisso diacrônico com as gerações futuras, pois o buriti *"dá só um olho de cada vez"*, devendo-se deixá-lo descansar e esperar a próxima lua cheia para poder tirar outro olho. Enquanto isso, permite-se e se estimula tirar os olhos das outras palmeiras próximas, observando-se sempre que possível, seu estágio de desenvolvimento.

Os recursos comuns podem ser apropriados sob diferentes regimes de propriedade, os quais se fundamentam através de contratos que garantem o controle sobre a base física de recursos.

No contexto da propriedade comum, o recurso é apropriado por um grupo identificável de usuários interdependentes. Esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da mesma coletividade. Os direitos de uso do recurso não são exclusivos ou transferíveis, e sim frequentemente igualitários em relação ao acesso e uso.

Nesses casos, as áreas de coleta são terras públicas, onde qualquer pessoa pode coletar, desde que acatadas as regras de acesso e uso. Quando perguntado sobre a tirada do olho nas áreas comuns de coleta, um extrativista assim respondeu:

> "Não é todo mundo que pode, quer dizer que tem é muita pessoa que não pode (...) mas o cabôco não trata não, à noite ele vai buscar mesmo. Às vez, mei-dia cê tá dormindo, e ele tá lá com a faquinha tirando..." (Eliseu, lavrador e extrativista).

A questão do acesso aos recursos naturais não se restringe unicamente aos buritizais, mas se estende a espaços comuns como o *barro*[16], o rio e o manguezal. Esta modalidade de acesso e apropriação de espaços e recursos naturais apresentava-se, até recentemente, com pouca visibilidade social e política, uma vez que ocorre em regiões relativamente isoladas, sendo características de populações tradicionais. Além dos espaços usados em comum, pode haver os que são apropriados pela família ou pelos indivíduos isoladamente, como o espaço doméstico, o quintal da casa ou o rio que passa no fundo do terreno da família, como é o caso de muitas famílias no Cantinho.

Esses arranjos são permeados por uma extensa rede de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua e valores sociais que privilegiam a solidariedade intra-grupal. Há também, as normas de exclusão e de acesso aos recursos naturais por parte dos "de fora". Estes, por sua vez, podem lograr acesso, desde que, de alguma forma, passem a fazer parte do grupo, normalmente através de casamentos e estabelecimento de relações de compadrio.

Entretanto, já existe uma relativa preocupação local sobre a comercialização de porções de terras por moradores a especuladores imobiliários. Em uma ocasião, tive a oportunidade de presenciar uma negociação entre um especulador imobiliário e um morador do Cantinho. Falava-se em uma centena de milhar de reais por um pedaço de terra de proporções medianas, algo em torno de 3.500 m^2.

[16] Porção de terra de uso comum cuja característica argilosa permite que os lavradores *botem* suas roças, e dali, garantam a base da sustentação de suas famílias. Em síntese, o *barro* é a parte agricultável do Cantinho, da qual os lavradores fazem uso comum.

Muitos moradores criticam os que venderam seus quinhões de terra, apontando que estes fizeram um mau negócio, tendo que viver em Barreirinhas ou *"lá do lado de cima"*, na parte mais seca do Cantinho, situada atualmente nas proximidades da Vila São José.

Com pouca disponibilidade de água, e acessando o rio (e os buritizais) graças à benevolência dos moradores, parentes ou compadres, essas famílias que se desfizeram de seus terrenos sofrem atualmente de problemas sociais crônicos, como a escassez de terra para plantar e o constrangimento em acessar, de forma limitada, os recursos naturais que antes estavam disponíveis, literalmente, no fundo de seus quintais.

> "Os pessoal mesmo daqui do Cantinho é que vende as terra. Ouve falar de dinheiro, aí acha que dinheiro é tudo, aí pega e vende a casa, o terreno. *Em pouco tempo, eles [os compradores] tão aí rico, e quem vendeu suas casa, suas terra tá na pior, sem ter nenhum centavo, e nem casa e nem terra e nem nada.* Assim acontece aqui com o nosso povo. A maior parte do nosso pessoal venderam o lado de baixo, que é o lado mais procurado, por causa do rio e ficaram do lado de cima. Ah, tem água pra todo mundo, tal e tal (...) a água acabou, que era dessa caixa [d'água] bem aí, deu problema, não prestou mais. Agora quem tá do outro lado tá sentindo só o cheiro do rio. Eu, graças a Deus, meu rio tá aqui em casa, passa aqui no fundo do quintal. Vendi uma parte, mas o que eu tenho tá bom ainda pra nós..." (Dona Bebel, professora aposentada, grifo meu).

O que pode estar ocorrendo, na realidade, é uma tragédia dos comunitários, os quais vêm tendo suas vidas desestruturadas por sua própria expulsão, consensual e negociada, pela forçosa implantação de uma dinâmica nefasta de apropriação e consumo do lugar, através da indústria do turismo, que avança a passos largos rumo, não apenas ao Cantinho, mas a todos os demais povoados adjacentes, sobretudo aqueles com maior proximidade física do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Em um evidente processo de expropriação de seus modos de vida, esse grupo experimenta um gradual processo de restrição às áreas de coleta de buriti. Por um lado, através das sucessivas abordagens feitas por técnicos do IBAMA[17],

[17] Os extrativistas e as artesãs são, a rigor, coagidos pelos operadores do órgão de controle e fiscalização ambiental brasileiro, por extraírem os olhos dos buritis para apropriar ao trabalho artesanal.

por outro, pela atual dinâmica de ocupação das casas de veraneio e de pousadas à beira-rio (Foto 13).

Foto 13. Pousada/Chácara de pequeno porte à beira-rio.

Os informantes sustentam que os donos das casas e pousadas são os primeiros a degradar os recursos, o que pode ser observado na fala de um extrativista.

> "A área de terra que a gente corta muito linho é exatamente essa área daqui do Cantinho. Nessas área particular já tem pouco buriti. (...) Só se o camarada plantar, fizer o plantio, mas gente rica não planta, faz é cortar o que já tem, né?! Eles cortam, cortam tudo escondido da imbama, que a imbama quando vê, dá uma multa danada... mas eles tira tudo pra plantar aqueles capim [grama]..." (Eliseu, lavrador e extrativista).

No transcurso dos anos de coleta, alguns consensos vieram se estabelecendo quanto ao que é considerado aceitável ou não no sistema extrativo do buriti. Utiliza-se aqui o conceito de instituição, como uma prática social ou um conjunto de regras e procedimentos socialmente reconhecidos, aceitos e sancionados por determinado grupo. Trata-se de um conjunto de regras de

trabalho que determina as permissões e proibições, quais procedimentos devem ser seguidos, quais informações devem ou não ser fornecidas, e que benefícios são atribuídos aos indivíduos a depender de suas ações.

De forma literal, Elinor Ostrom (1990) define as instituições como

> ... The sets of working rules that are used to determine who is eligible to make decisions in some arena, what actions are allowed or constrained, what aggregation rules will be used, what procedures must be followed, what information must or must not to be provided, and what payoffs will be assigned to individuals dependent on their actions (OSTROM, 1990, p. 51).

No caso do extrativismo de buriti, as regras referentes à forma de apropriação comum são as seguintes:

a. As artesãs, seus parentes (marido, filhos e sobrinhos) e compadres podem tirar linho para que elas façam o artesanato;

b. Deve-se respeitar os limites das propriedades privadas (pousadas e casas de veraneio);

c. Deve-se *zelar* pelas palmeiras adultas, não tirando os olhos de forma excessiva;

d. Deve-se respeitar o ciclo biológico dos buritizeiros, deixando-os *descansar* até repor os olhos;

e. Não se deve tirar o olho quando este se encontra imaturo;

f. Deve-se evitar tirar grande quantidade de olhos dos buritis por coleta.

Se há regras no extrativismo de buriti, há também exceções, e ainda, o que se pode chamar de transgressões. Uma exceção bastante difundida, que por vezes pode se metamorfosear em regra é a coleta de olho dos buritizeiros machos. Segundo as artesãs, mesmo de qualidade inferior, o linho do buritizeiro macho é igualmente apropriado ao trabalho artesanal, sobretudo quando as palmeiras fêmeas estão se recuperando das coletas, notadamente nos meses de julho e dezembro, considerados de alta estação para o turismo.

Nestes períodos de pico de produção artesanal, para evitar a compra da matéria-prima e poder dar continuidade aos trabalhos, os buritizeiros machos são indistintamente explorados, e mesmo com dificuldade de beneficiamento – pois fornece um linho mais duro e de difícil tratamento – dão forma às peças artesanais que abastecem o mercado local.

A “transgressão” mais evidente é a coleta furtiva nas áreas privadas. Se o proprietário estiver ausente ou o caseiro (normalmente morador do Cantinho) permitir, pode-se entrar livremente e tirar os olhos dos minguantes buritis característicos das áreas particulares. Contudo, relatos informam que os extrativistas podem entrar às escondidas, em qualquer hora do dia (ou da noite), negligenciando as regras impostas pelos proprietários.

Entretanto, nenhum informante assume esta prática. Ao serem perguntados a respeito, referem-se sempre à terceira pessoa, utilizando um recurso linguístico-discursivo para *“mudar o rumo da palestra”*.

Para ilustrar, segue o excerto de uma entrevista com um extrativista:

> “Eu penso assim: se *ele* tivesse [dinheiro] *ele* não ia, não é? *Ele* tem a precisão pra tirar o linho pra muié fazer a cordinha, pra comprar uma besteirinha pros fío *dele*, porque se *ele* tivesse, *ele* não ia, só vai porque *ele* não pode (...) é o jeito *dele*, *ele* não acha outro meio. Isso aqui é dado pela natureza, não foi ele [o proprietário] que plantou... aí eu não sei se é roubo ou se não é (...) pra mim eu digo que não é, porque esse é meio de caçar um meio de *ele* viver” (Eliseu, lavrador e extrativista, grifos meus).

Semelhantemente ao trabalho de Schmitz et al. (2006), ainda há poucas regras, nenhuma sanção, nem multas ou instâncias para a resolução de conflitos referentes ao uso dos buritizais no Cantinho. Mesmo assim, as regras estabelecidas parecem ser, por ora, suficientes, por se tratar de um sistema de recursos considerado abundante, não havendo, ou havendo pouco risco de desestruturação do sistema extrativo local.

A falta de sanções em torno da coleta do olho do buriti é coerente, porém no caso de ações prejudiciais, esta ausência de mecanismos coercitivos pode revelar um problema de considerável alcance, uma vez que há um incremento gradual na quantidade de palmeiras exploradas por escala de tempo.

Associado a este fato, é importante reforçar que o processo de privatização das áreas de coleta está em pleno avanço, contando inclusive com o apoio e incentivo do Estado à medida que garante aos novos proprietários as condições necessárias para seu estabelecimento no lugar, a exemplo da ligeireza e da facilidade nos licenciamentos ambientais para construção de parques náuticos e *resorts* (Foto 14).

Foto 14. Construção de um novo empreendimento imobiliário no Cantinho.

Contudo, seria inócuo estabelecer regras e sanções a serem aceitas, se a maior ameaça ao sistema extrativo – a privatização dos buritizais – é governada por agentes exógenos, ou seja, os novos proprietários das áreas de coleta de buriti.

Mesmo diante das práticas que podem prejudicar o estoque do recurso, os conflitos ainda estão em latência, indicando que a pressão nos recursos e nas condições de reprodução social ainda não obrigou o grupo a se organizar para determinar sanções e medidas coercitivas.

O conflito social de matriz ambiental pode advir da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos naturais, ou de bases distintas, mas interconectadas pelas interações ecossistêmicas. Este tipo de conflito tem como arena, as unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades, cujo acordo simbólico é rompido em função do reconhecimento dos efeitos indesejáveis das atividades de um agente sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes.

Henri Acselrad (2004) sustenta que o conflito se estabelece a partir de embates objetivos pelo controle material de um recurso, pela sua apropriação, mas também pela sua forma de uso. Desse modo, compreende-se por conflitos

ambientais, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando, pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação da natureza ameaçada por impactos indesejáveis, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos, no caso aqui, a apropriação privada por parte dos novos proprietários dos buritizais no Cantinho.

Em relação ao estabelecimento de normas e sanções, cabem aqui, duas hipóteses: ou ainda não houve tempo suficiente para o despertar acerca do visível problema que está por vir, ou a atuação de agentes exógenos dificulta o desenvolvimento de um sistema de gestão mais eficiente.

Escobar (2000) nos orienta a refletir sobre o caráter neocolonialista, inscrito nas dinâmicas hegemônicas de apropriação da natureza. Assim sendo, é fundamental que não se desperdice as múltiplas experiências que a humanidade nos legou, e que o pensamento dominante não permite enxergar. Diversas instituições foram criadas por diferentes povos ao longo da história, estabelecendo as regras de usufruto dos recursos naturais. No caso da água, por exemplo, os sertanejos nordestinos desenvolveram um conjunto de saberes, que vai da previsão do tempo, ao máximo aproveitamento do quantitativo mínimo de água disponível diante da irregularidade das precipitações pluviométricas.

As artesãs locais sentem a pressão em comprar a matéria-prima do artesanato – antes coletadas por seus maridos, filhos e parentes – para que possam reproduzir-se economicamente, fato este que incide diretamente nos planos físico e simbólico, uma vez que exige uma produção gradualmente ascendente de peças artesanais para suprir a demanda comercial cada vez crescente, e um consequente incremento na jornada de trabalho, ao tempo em que toca nas estruturas simbólicas do imaginário local de que o buritizal, fonte eterna de arte e vida, pode vir a ter seus dias contados em um breve horizonte temporal.

Embora não se possa prever o que vem acontecer com os buritizais, e em consequência com o grupo, convém ressaltar que, mesmo havendo um decréscimo considerável na quantidade de palmeiras, este não deverá ser suficiente para aniquilar por completo os estoques desse recurso. Contudo, o fato de o grupo investir em práticas de manejo relativamente eficazes não garantem

por si, a conservação e manutenção do recurso, sobretudo em se tratando de um contexto de expansão da propriedade privada no lugar.

Apontam-se duas tendências centrais, a saber:

a. Manutenção das práticas locais de manejo e conservação dos buritizais;

b. Criação de "novas" formas de subsistência, através da agregação de valor aos produtos oriundos do extrativismo de buriti.

Na criação de "novas" formas de subsistência, associadas ao incremento da atividade turística, e consequentemente, ao avanço da propriedade privada, reside uma controvérsia principal, se a tomarmos como uma estratégia de conservação, uma vez que a capitalização dos moradores não necessariamente evitaria a exploração dos recursos, podendo inclusive, estimular a criação de novos nichos de mercado de produtos extrativos, incrementando assim, a pressão nos buritizais, como uma forma de garantir a disponibilidade dos produtos no mercado.

Surgem, então, algumas questões candentes: Estará este novo contexto de pressão dos recursos naturais, oportunizando um repensar sobre as formas de uso e práticas de manejo e conservação dos ecossistemas locais? De que derivam os constantes infortúnios que vêm ameaçando as formas de acesso ao recurso, e em consequência, a reprodução das famílias no lugar? Existem condições objetivas para o reconhecimento da existência de um conflito silencioso entre grupos, e, portanto, entre lógicas de acesso e apropriação do espaço tão diferenciadas? Não se tem respostas prontas e acabadas para estas perguntas, entretanto, abrem-se aqui, novas frentes de investigação para futuros diálogos e pesquisas.

A recente dinâmica local de proibição[18] de acesso ao recurso dá-se através da implantação de pousadas e casas de veraneio. Como consequência, todas as artesãs entrevistadas assumem estar comprando o linho para realizar seu trabalho.

> "A gente tá comprando agora já o linho. A gente compra na Tratada de Cima [povoado adjacente] e desses outro lugar mais longe. Tem muito

[18] Entenda-se por proibição, neste caso, um conjunto de práticas sociais conflituosas, operadas por determinado grupo, capaz de privar, mesmo de forma velada e taciturna, o acesso e o uso dos espaços e recursos naturais a outro grupo, sendo este, legítimo detentor dos direitos de usufruto comum dos recursos naturais.

> pra essas banda d'acolá, logo lá ninguém faz trabalho assim muito com o linho, trabalha é de roça, abandona o linho." (Dona Raimunda, artesã).

Quando perguntadas a respeito do preço da matéria-prima, e quais suas estratégias para continuar no ofício, as artesãs entrevistadas respondem quase em uníssono.

Pesquisador: Agora você compra de lá... E quanto é?

Informante: Quinze reais, o quilo. Era doze, agora já tá quinze.

P: O quilo já tratado assim, já linho mesmo?

I: Isso, já linho mesmo.

P: Você acha barato ou caro?

I: Caro... eu acho caro, mas dá um trabalho... Quando a gente tá tirando o linho, meu amigo... Se a gente fosse vender não queria vender mesmo. É muito trabalho, eu não gosto de tirar muito é por causa disso, a gente vê tudo pôde [podre, sujo], tudo nojento dentro de casa, eu não gosto de tirar linho por causa disso.

Embora haja restrições de acesso aos buritizais privados, estes não se constituem no recurso imediato para a lida das artesãs. É preciso, pois, relativizar as informações referentes à aquisição comercial do linho, uma vez que apenas algumas artesãs entrevistadas fazem uso dessa estratégia, indicando uma desconexão com o recurso e um gradual processo de alienação do trabalho.

Por se constituir o artesanato local em um trabalho exclusivamente feminino, e ao se considerar o acúmulo de tarefas socialmente impostas às mulheres, notadamente relacionadas à economia do cuidado é possível que o recente movimento de compra do linho esteja mais associado às facilidades de trabalho do que ao escasseamento do recurso em si, pelo menos em se tratando das áreas de coleta situadas no Cantinho.

É importante ter em vista que o trabalho artesanal é responsável por gerar parte substancial da renda familiar no Cantinho. Contudo, as artesãs reconhecem que a renda gerada é insuficiente para a reprodução da família: *"Trabalho nunca falta, o dinheiro que é pouco"*, indicando que, quanto mais rápido se fizer as peças, sobretudo ao honrar com os compromissos assumidos e relacionados às encomendas, maior quantidade de peças se faz, e mais recurso

monetário é gerado, em um horizonte temporal mais reduzido, garantindo assim, materialidade disponível para prover os insumos básicos de uso cotidiano.

As artesãs entrevistadas afirmam *pegar encomenda* de pulseiras, de uma comerciante intermediária de Barreirinhas. A transação comercial se dá por dúzia produzida. A comerciante cede os búzios e miçangas, normalmente em quantidade aproximada de um quilo. A coleta (ou a compra, no caso das artesãs que utilizam essa estratégia), o beneficiamento do linho e a confecção das pulseiras em série é de total responsabilidade da artesã contratada.

> "Pra fazer uma dúzia, demoro menos de meia-hora. Faço rapidinho, porque a gente trabaia assim, a gente não se senta mesmo, é levantando, toda hora faz uma coisa, faz outra, sabe que dona de casa não se aquieta um minuto. (...) Eu dou conta do linho, ela só dá mesmo esse materialzinho aqui. Ela tem a medida toda desse material aqui, ninguém pode tirar uma dúzia de jeito nenhum, às vez não dá, às vez falta miçanga, sobra alguma cor de miçanga, aí tem que explicar tudinho pra ela, pra ela não pensar que a gente tá revendendo. (...) É assim. Tem que dar conta do recado, é um serviço que tem que ter responsabilidade também, porque se não tiver, da próxima vez ela não dá mais pra nóis fazer." (Rosa, artesã).

Os contratos são verbal e individualmente firmados entre a comerciante e a artesã. Em várias ocasiões pedi às artesãs que revelassem alguns dos intrincados detalhes de sua relação com a comerciante de artesanato.

> "O quilo de búzio que ela [a comerciante] dá, dá pra trabalhar na semana, dá oitenta dúzia de pulseirinha. Então como ela paga cinquenta [reais], oitenta dúzia dá quarenta [reais], mas só que ela não dá esses horror de material por semana, se ela te der sessenta dúzia nessa semana, *ela vai esperar arrecadar das mulher todas que ela deu pra poder passar de novo*". (Célia, artesã, grifo meu).

Descontente com a situação atual, um extrativista, marido de uma artesã dispara:

> "Rapá, nessa história todinha, quem ganha são os bando de sem vergonha, que eles compram dois reais e eu vi lá na Raposa, no Araçagy [praias de São Luís-MA], eles vende um real uma, enquanto elas vende doze por cinquenta centavos. Eu digo pra Binidita: 'é Binidita, tu tem muito tempo pra fazer um negoço desse' (...) mas também não tem outro trabaio, se é de tá na casa dos outro, é mais ante [preferível] ela tá em casa mesmo fazendo o sirvicinho dela" (Sebastião, lavrador e extrativista).

A jornada diária de trabalho das artesãs é intensa. Além dos afazeres domésticos e do cuidado com a alimentação e com os filhos, elas precisam honrar com o compromisso firmado com a comerciante.

> "Começo trabalhar de manhã cedo. Hoje, comecei mais tarde, oito e meia eu comecei, aí fiz duas dúzia e levantei. Agora a gente pára, só faz esse pedacinho, e vai fazer o almoço, essas coisa... aí só pega de novo quando tá tudo arrumado, aí a gente torna a sentar e fazer as pulseirinha. Se eu trabaiasse o dia todo, trabaiava muito, porque se eu sentasse o dia todinho..." (Dona Lúcia, artesã).

4.2.2 Impressões sobre o turismo

O turismo constitui-se em um processo abrangente e de muitas implicações, como pode ser vislumbrado em diversos estudos de caso em todo o país. Em estudo com caiçaras no litoral cearense, Almeida (1996) argumenta que, com a intensificação do fluxo turístico, as terras passam a se configurar em mercadorias, fazendo com que as populações locais sejam, direta ou indiretamente, alijadas de seus territórios tradicionais.

Luchiari (2000), a propósito do litoral norte paulista, sustenta que a atividade turística passou a modelar a paisagem, a acelerar o processo de urbanização e especulação imobiliária, a mudar o perfil demográfico com o incremento migratório, e, somado às políticas de conservação dos recursos naturais do Parque Estadual da Serra do Mar, passou também a ser responsável pelo processo de marginalização ou mesmo expulsão das famílias caiçaras.

É o caso também do Saco do Mamanguá, no Rio de Janeiro, estudado por Diegues e Nogara (2005). Tais autores referem-se, além das questões pontuais acerca do turismo, a um confronto de lógicas, onde se percebe uma ruptura com os modos de vida tradicionais, significando a introdução de uma racionalidade atípica no âmbito das relações sócio-culturais locais.

No Cantinho, parte dos informantes afirma que a atividade turística traz benefícios para o lugar. Contudo, a maioria dos entrevistados, sustenta uma opinião diametralmente oposta, assumindo, portanto, que o turismo acumula mais problemas do que traz bons resultados. Assim, algumas artesãs entrevistadas afirmam que a atividade turística pode trazer benefícios, mas também prejuízos ao lugar.

Esta diversidade de opiniões representa o grau de envolvimento ou mesmo dependência de alguns informantes em relação aos novos proprietários, veranistas e hoteleiros. Assim, para quem a dependência do turismo é maior, este não é percebido como um problema, enquanto para quem a dependência é menor ou inexistente, o turismo é visto, no mais das vezes, como um estorvo.

A dinâmica de produção e consumo do lugar a partir da implantação da atividade turística é relativamente recente, principalmente quando se volta o olhar para outras regiões, sobretudo no litoral brasileiro. Da seguinte forma, uma informante relata a "chegada" do turismo no Cantinho.

> "O turismo tá com poucos anos. Eu acho que tá com três a quatro anos que ele chegou, se implantou e tá aí. Antes não existia, não tinha, a gente só ouvia falar. Foi chegando de mansinho (...) O pouso deles [dos turistas] é na "Barreira", mas a caminhada deles é pras dunas [Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses], e é por aqui que eles vêm, passa aqui na frente" (D. Júlia, lavradora aposentada).

De modo geral,

> "O turismo trouxe muita coisa pra cá, tanto bom, como ruim, porque o turismo só tem uma parte boa que ele traz: é essa parte pra quem tem condição de ir numa pousada, um bom restaurante ou lanchonete, essa coisa toda. O pobre, o turismo ajuda também só se o pobre tiver alguma coisa que ele possa vender..." (Socorro, lavradora e artesã).

Os aspectos positivos do turismo são modestamente expostos, pois o que sobressai nas falas é, de fato, um conjunto de reclames envolto por um profundo sentimento de impotência frente à recente dinâmica de apropriação do lugar por gente "de fora".

> "Uma coisa que o turismo trouxe de bom, um pouco, não é totalmente, foi o trabalho pro pessoal, mas só que é um trabalho que não é um trabalho digno, é um trabalho escravizado. Então, uma parte que eu acho errado do turismo é isso aí, porque eles não querem o pessoal pra trabalhar, eles querem é pra escravizar" (Dona Bebel, professora aposentada).

> "É bom [o turismo], mas também fica mais difícil, por que nóis tinha o nosso lar mais separado, né? então nóis se sentia mais a vontade que era no nosso lugar e não tinha ninguém de fora, e hoje não, aqui nesse povoado que se for daqui pra Santana tem muita, muita pousada, então nóis já fica quase desfalcado por causa dele, a gente já tá entregando a área pra eles e nóis já fica assim: tem vergonha de entrar e conversar porque nóis fica mais de lado né? E as pousada são deles, aí onde nóis banha no rio, eles já tão capando (...), aí a gente fica nos bequinho, tem vergonha de tá ali, então tudo fica mais difícil. E melhor porque a gente ganha pão, trabalha pra eles, né? Tem esse lado também que ficou melhor" (Célia, artesã).

> "Muitas pessoa se empregam [nas pousadas], só mais é muié, pra fazer as coisa. É fazer bolo, fazer beiju, é cozinhar, limpar (...) Limpeza dos quintal é os hôme, plantar esses capim [grama], cuidar do quintal é os hôme" (Seu Antonio, lavrador aposentado e presidente da associação).

Mesmo em meio a uma impactante desestruturação em seus modos de vida, algumas informantes investem na criatividade para refletir sobre propostas que podem melhorar as condições de vida dos moradores, em uma tentativa de co-existir no mesmo espaço com os novos proprietários, no sonho de vender, além da mão-de-obra, produtos agropecuários para abastecer as pousadas e resorts.

> "Por exemplo, se o pobre tivesse condição de criar bastante galinha caipira, porco, bode no ponto de apurar, aí ele tinha bastante dinheiro também, mas os pobre hoje não tão tendo mais condição de criar. Com esse negócio de tudo plantar em aberto, e quem quiser criar é cercado (...) Vai arranjar madeira pra cercar aonde? Se não existe mais madeira por perto, e as pouca que tem o IBAMA não deixa tirar uma vara?! A única coisa que nós podemos fazer é criar dois, três porquinho amarrado, porque não tem condição de segurar grande quantidade, e a ração é cara" (D. Bebel, professora aposentada).

Quando instigadas a fazer um diagnóstico da situação futura do Cantinho, referente à dinâmica de re-estruturação sócio-espacial local, a opinião genérica é representada pelas seguintes falas:

> "A tendência vai ser aumentada porque eles [os novos proprietários] entrando agora desse jeito, e não tá mais ainda porque a IBAMA tomou conta, não liberou mais, mais próximo do rio não liberou mais as pousadas pra construir, tem que pagar aquela multa e eles não querem pagar e se recusa aí fica, mas se não fosse a IBAMA já tava tudo lotado na beira do rio, e os pessoal aqui vendia tudo mesmo" (Rosa, artesã).

> "Embora eles [os moradores] fiquem só num cantinho, mas eles queria, porque pobre, cê já sabe: quando vê um dinheirinho, pensa que é dinheirão, pensa que ele vai crescer com aquilo, mas é besteira. Aí vende, e às vez continua aqui. Com o dinheiro, constrói outra casinha pra eles

> melhor porque a casinha deles mesmo na beirada do rio não tem condição mesmo de fazer boa, então eles revende aquele lugar que acaba não botando nada, aí revende pra fazer outra casinha melhor em outro lugarzinho, é mais assim mesmo. Às vez nóis pensa assim, que tem que manerar mais, porque quando der daqui há um tempo o nosso berado de rio não tem mais capacidade de entrar pra banhar no rio mais, cada um faz seu tanquezinho, sua bomba e banha lá mesmo, porque pra berado de rio já tá tudo lotado" (Célia, artesã).

4.2.3 A dimensão econômica do fazer artesanal

> "(...) Então nóis ia pegar nóis tudinho que sabe fazer alguma coisa e ia montar uma lojinha como se fosse pra gente, mas pra isso nóis tem que ter uma pessoa lá fora pra oferecer pra eles [os turistas] vim, ou então pra gente mandar fazer as encomendas pra ter essa pessoa lá pra receber, então a gente ficava aqui pra ser a fábrica e a outra ficava lá pra ir recebendo e revendendo" (Artesã local).

A presença de um mercado consumidor de artesanato no Cantinho dá-se por distintos elementos estruturais, dentre os quais se destaca a atividade turística associada ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Um elemento central para compreender o desenvolvimento da atividade artesanal no Cantinho se constitui na relação de subordinação que se estabelece entre as artesãs e o mercado, aspecto que condiciona não apenas a produção e a comercialização, mas a inter-relação com as demais formas de ganhos monetários.

É possível afirmar que a atividade artesanal contribui para uma relativa melhoria na vida das artesãs e suas famílias, ou pelo menos minimiza o processo de pauperização destas trabalhadoras. De fato, um dos elementos-chave para compreender a importância da atividade artesanal é a relação de complementaridade estabelecida entre esse tipo de produção doméstica e o trabalho assalariado nos restaurantes, pousadas e casas de veraneio.

Valverde e Morey (2005), em estudo sobre a atividade artesanal em comunidades Mapuches no sul da província de Neuquén, na Argentina, encontraram uma estreita relação entre os empregos temporários e a produção

artesanal, aspecto que, para os autores, se funda no caráter estacional e complementar destas atividades.

> Los trabajadores que se reproducen en el sector doméstico mediante la elaboración de artesanías, luego se emplean en el sector capitalista, desligándose este último del gasto de mantenimiento de los mismos en la "estación muerta" y de su reproducción a largo plazo. Paralelamente, el hecho que esta producción pertenezca a la órbita doméstica permite la inclusión de todo el grupo en el proceso productivo independientemente de la composición del mismo, incluyendo aquellos miembros que no resultan productivos para trabajos asalariados y los menores de edad que colaboran con las diferentes tareas (VALVERDE e MOREY, 2005, p. 109).

O artesanato de fibra de buriti no Cantinho é consideravelmente expressivo, se considerado como parte da composição da renda mensal das famílias, representando em torno de 60% desta. Quando perguntadas a respeito, as artesãs assumem que, em média, a atividade artesanal garante uma renda aproximada de R$ 120,00 a R$ 160,00, considerando os meses de grande movimentação turística, podendo haver um decréscimo para R$ 100,00 nos meses em que há pouca demanda.

Convém ressaltar que, antes da articulação desta atividade com o mercado, não havia atividade que garantisse a geração de recursos monetários às famílias locais, uma vez que a lavoura, principal provedora da alimentação, jamais se constituiu em fonte direta de renda. Assim é que uma informante revelou: *"Era mais só a lavoura. Depois de muito tempo é que apareceu essa parte do artesanato..."*.

A venda da força de trabalho é a principal fonte de renda monetária para as famílias do Cantinho. Os homens, normalmente prestam efêmeros serviços nas pousadas e casas de veraneio, sobretudo na limpeza dos quintais; e as mulheres, quando da baixa temporada do turismo, vendem sua força de trabalho nas cozinhas e lavanderias dos referidos estabelecimentos comerciais.

Nesse sentido, seja por seu caráter estacional, seja pela desarticulação com os mercados globalizados, o artesanato local não se configura na principal atividade geradora de renda, embora, segundo as artesãs, *"é o que ajuda na despesa da casa"*.

O artesanato de fibra de buriti é, sem dúvida, uma atividade importante como complemento da renda familiar, entretanto muitos esforços ainda precisam ser feitos. Nesse sentido, observa-se um crescente aumento da importância do artesanato como fonte de renda direta, não apenas como uma atividade pontual e estacional, mas como uma alternativa concreta de ganhos monetários em caráter permanente.

O grande problema associado à dimensão econômica apontado pelas artesãs, é a dificuldade de comercialização, no sentido de garantir um espaço no qual elas mesmas possam comercializar seus produtos diretamente aos turistas, e assim, desviar-se dos comerciantes intermediários, que segundo elas, *"é só quem inrica, é quem compra da mão da gente pra vender mais caro pros turista"*.

> "Então nóis ia meiorar, que aí a gente não ia mais vender baratin assim, ia pedir o preço que tava correndo, então se aqui era cinquenta eu já vendia por cinquenta, já ia meiorar muito, então nóis não meiora por causa disso, nóis não sai, nóis trabaia tanto, mas nunca inriquemo, nunca tivemo condição não, dá mal pra nóis manter nossa família, trabaiando dia e noite que é pra poder manter a família que tem" (Célia, artesã).

As iniciativas de comercialização são isoladas (Foto 15) e normalmente não trazem os resultados esperados. Segundo as informantes, uma possibilidade de melhorar o processo de comercialização seria a organização das artesãs em grupos de produção, para que possam comercializar seus produtos de forma mais justa e em caráter permanente, conforme observado em recentes estudos empíricos no Brasil com diversos grupos de artesãos e artesãs, produzindo com as mais variadas matérias-primas da biodiversidade (D'ALVA, 2004; SANTOS, 2005; PAZZINI et al., 2006).

Foto 12. Barracas de comercialização de artesanato à beira-rio.

SEBRAE (2003), em estudo de caso na área de influência dos Lençóis Maranhenses, destaca os principais problemas referentes ao processo produtivo no âmbito da cadeia do buriti.

> (...) Com a expansão do turismo, existia demanda crescente de artesanato de fibra de buriti, mas a necessidade de melhorias era um imperativo. Apesar da tradição e da procura, a produção enfrentava problemas: a quantidade era insuficiente para atender à demanda, e as artesãs trabalhavam de forma isolada, dificultando a produção e comercialização em escala (SEBRAE, 2003).

Seis anos após esta publicação, e a despeito dos modestos resultados comemorados por este serviço prestado pelo Estado à organização produtiva do artesanato na região, o que se observa no cotidiano das artesãs é ainda muita carência material e uma imensa dificuldade em organizar a produção e acessar o mercado.

As experiências de acesso a mercados pelas artesãs sempre foram modestas, embora em alguns momentos estas experimentaram seus produtos

decorando, ambientando, vestindo e enfeitando casas e pessoas pela Europa e demais países do Norte.

Contudo, estas experiências foram pontuais, em algumas feiras ocorridas na Alemanha, na França e na Itália, e que jamais representaram uma transformação significativa na vida das artesãs, permanentes sonhadoras de um sonho tecido de fibras.

No Cantinho, não há experiência concreta de comercialização do artesanato além das fronteiras do município de Barreirinhas (Foto 16), o que nos convida a uma reflexão central: estão as artesãs locais aptas a embarcar no mar do capital globalizado e expor seus produtos além-fronteira, atirando-se ao rolo compressor globalizante que a tudo (e a todos) dá valor e transforma em mercadoria? Por outro lado, estão as artesãs fadadas a comercializar seus produtos aos comerciantes intermediários, que, continuamente prosperam, enquanto quem detém o conhecimento do processo produtivo míngua a cada dia?

Foto 13. Artesanato do Cantinho em exposição em uma loja especializada em Barreirinhas.

4.3 ETNOCONSERVAÇÃO E SABERES TRADICIONAIS

> "*É a natureza mesmo que trata de plantar os buritizeiro. Dentro de dez dia, no máximo, nasce a sementinha e a natureza mesmo trata de subir com ele"* (Artesã).

Conservação, termo relativamente recente na história do pensamento ocidental, é frequentemente considerada em seus aspectos técnicos e científicos, sem, no entanto, uma inserção mais ampla, relativa aos estudos das conexões entre a natureza humana e não-humana. É exatamente por este caminho que se iniciam os problemas, pois há tantas definições, quantos forem os pressupostos teóricos e as correntes de pensamento que a constroem.

Os chamados "cientistas da conservação" tendem a olhar os ecossistemas, a partir de sua estreita perspectiva disciplinar, enfatizando categorias, critérios, conhecimentos e procedimentos que servem, fundamentalmente, aos interesses do controle profissional sobre o manejo dos recursos naturais. Neste sentido, as práticas construídas no âmbito da ciência da conservação vêm se configurando nas maiores causas do insucesso da proteção dos recursos naturais, seja em populações locais, seja em Parques e outras áreas que se pretende proteger.

Em contraposição a esta tendência hegemônica dos estudos sobre conservação da biodiversidade, surge no Brasil, na década de 1950, um conjunto de trabalhos inspirados na chamada ecologia cultural. Posteriormente, a partir dos anos 1970, tornaram-se mais frequentes os trabalhos etnocientíficos em suas diversas subdivisões, como a etnobotânica, a etnofarmacologia, a etnomusicologia e a etnomatemática, por exemplo (DIEGUES, 2000).

Neste campo, ainda que não seja possível a diferentes grupos, explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um

entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber, de representar e de agir sobre o *mundo natural*, concepções que subjazem às relações sociais, e que através dos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado fundamentam a adaptação a meios ecológicos de alta complexidade, conformando assim, um conjunto de saberes e práticas circunscritas no que aqui se entende como etnoconservação.

As atividades dos grupos tradicionais apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos naturais. É exatamente esta variedade de práticas que contribui para a reprodução dos grupos, possibilitando também uma construção da cultura completamente integrada à natureza, configurando portanto, um inseparável *continuum* de saberes e formas de uso, manejo e conservação dos recursos naturais.

A compreensão das formas como os grupos tradicionais estruturam suas práticas socioculturais de conexão com a natureza, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre saberes constituídos e saberes práticos, identificando diversas possibilidades de conexão homem-natureza, a partir da contextualização das culturas locais. Os saberes cotidianos desses sujeitos, além de orientar suas práticas sociais, permitem resolver problemas práticos e imediatos, como fazer uso e manejar os recursos naturais, garantindo assim, sua reprodução social e cultural.

A construção social dos saberes sobre a natureza, assim como as formas de com ela lidar, estabelece-se através de uma transmissão cultural que se processa tanto vertical (em relação transgeracional) quanto horizontalmente, pelo aprendizado individual que a experiência diretamente vivenciada traz.

O conhecimento ganha então, uma enorme importância – seja porque se sabe que as cheias e vazantes repõem a fertilidade dos solos, seja porque se prognostica se vai chover ou não, seja porque se maneja o fogo, seja porque se sabe manejar a produtividade ecológica dos manguezais, dos rios e mares, seja porque se sabe que o fluxo das seivas não é o mesmo nas diferentes fases da lua, porque pelo conhecimento, sabe-se predizer, até certo ponto, o futuro.

Os curandeiros, os xamãs, os gurus, os pajés, os sábios, portanto, anteciparam os cientistas e os técnicos, constituindo-se em importantes acervos de conhecimentos oriundos de diversas matrizes de racionalidade, orientadas por símbolos, crenças e mitos.

Reis (2007), em estudo sobre a tiração de caranguejo na Vila do Acarajó, em Bragança, estado do Pará, sustenta que o complexo conhecimento que envolve um longo processo de aprendizado inicia-se na infância, com as primeiras idas ao manguezal na companhia dos pais. As crianças desenvolvem hábitos, comportamentos e sabedoria sobre os diversos ambientes. Este conhecimento sobre o manguezal é imprescindível para saber se conduzir e adquirir agilidade na atividade de tirar o caranguejo.

No Cantinho, a lida infantil inserida em um contexto intra-familiar é um exemplo de um processo de construção de saberes sobre a natureza que se processa por transmissão cultural na verticalidade, sendo uma forma de ensino intencional, assim como na horizontalidade, através das descobertas diárias, dos experimentos, dos erros e acertos cotidianos.

> "As menina daqui, derna de pequena, de garota, elas já começa cedo na lida do artesanato da fibra do buriti. Todo mundo trabalha essa arte. Quem não tem jeito pra crochê, bota um ponto de marca, faz um pontinho cheio, alguma coisa assim. Tem muitas que fica, tem outras que começa, mas deixa logo, não fica não" (Dona Lúcia, artesã).

Sobre o buriti, os saberes locais são detalhados. Os extrativistas e as artesãs conhecem a germinação de suas sementes, sua estrutura morfológica, sua fenologia, sua área de ocorrência, a fauna associada, seus ciclos, sua conexão com a lua, as formas adequadas de coleta e sua conservação.

Se, no *tirar o olho* do buriti tem uma ciência, conforme transmitem as artesãs, essa se assenta exatamente nos saberes acerca dos ciclos da natureza. Não apenas, e especificamente, àquele recurso, mas a todos os outros que, direta ou indiretamente se interconectam a ele.

Quando perguntada como se faz para tirar o olho do buriti, uma artesã informa como ir às palmeiras e quais são os melhores tipos de olho para tirar o linho.

> "A gente pega a canoa, vai pro lado dali. Se o buriti é alto, sobe de vara. Aqui pra mim quem tira é só o hôme [marido]. Pega um olho, pega um olho grande assim dessa grossura, porque muito fininho não dá o linho bem, fica muito talhadinho, aí não presta. Tem que ser um olho grosso, pode ser pequeno, baixo, mas que seja meio grossinho que dá um linho bem bacana..." (Célia, artesã).

Questionada sobre a quantidade de olhos coletados em uma saída, a mesma artesã responde:

> "O hôme traz de cinco, seis [olhos]. O máximo que ele acha assim é de cinco, seis mesmo..." (Célia, artesã).

Conforme sustentado pelos (as) informantes, o buriti tem apenas um olho, o que significa que esta palmeira verte um broto de folhas por vez. Conhecedoras que são das características morfofisiológicas e do crescimento e desenvolvimento do buriti, as artesãs, mesmo não se ocupando diretamente com a coleta do olho, assumem, com base no saber localmente construído, algumas práticas de manejo e etnoconservação dessa palmeira. Afirmam que, uma vez coletada, a mesma palmeira pode ser visitada novamente apenas na outra lua.

Com a nova estruturação espacial em curso, há uma crescente tendência a desconexões e consequentes re-arranjos, decorrentes, quer do escasseamento do recurso, quer do interdito do acesso ao mesmo, embora, segundo as informantes, os riscos de depleção dos buritizais é pequeno, porque, como o processo de produção se dá integralmente de forma manual, é necessário algum tempo para se beneficiar todo o linho oriundo de uma coleta. Assim é que uma artesã revela:

> "Faz é tempo que ele [o marido] tirou esse linho pra mim e eu ainda tenho dele. Quando ele for pegar, que faltar, ele vai pegar aquele que já construiu, que já tá aberto, às vezes já tem outro [olho] aberto, porque demora..." (Célia, artesã).

Para o processo de produção do artesanato, as artesãs, de modo geral, assim descrevem as fases de preparação do material a ser apropriado no trabalho (Foto 17):

> "A gente chega com o linho, risca tudinho, tira, cozinha, aí bota pra enxugar. A gente tira, aí ele tem essa capelinha que fica, a gente só corta a paia, o linho fica, a gente tira essa paia pra quando a gente for puxar, a

> palhinha tá soltinha. Daí sai essas coisa linda, chapéu, bolsa, tudo que cê tá vendo...” (Rosa, artesã).

Foto14. Artesã tecendo um chapéu de linho de buriti.

Conforme Marques (2001), um exame do comportamento de “deixar descansar” permite pôr em discussão, questões fundamentais quanto à intencionalidade deste ato cognitivo como um eficiente mecanismo etnoconservacionista.

Retroalimentações e formas de manejo podem ser exemplificados pelos comportamentos de deixar o buriti se recuperar, os quais, talvez, funcionem como uma forma de manutenção dos estoques de palmeiras disponíveis para tirada do olho e fabricação do artesanato.

> “Na próxima lua já tem outro buriti prontinho pra tirar o olho, e aquele que tirou tá se recomperando. A gente não vai mais no pé que foi tirado o olho. Deixa botar aquela folha [o broto], porque eles têm que viver também, aí vai em outro, aí o outro já tá grande, já tá bom, é assim (...)

> Porque se tirar só do mesmo, é o caso de matar o pé de buritizeiro! Eu já vi, porque eles ficam sem vida, é tipo uma pessoa que tem dois braços, aí vai tira um, tira outro até o bichinho ficar alejado. É assim" (Dona Mercês, artesã e lavradora).

É evidente o papel regulador do acesso e do uso do recurso que vem sendo localmente construído. As formas de manejo, associadas às regras de utilização socialmente acatadas, vêm se constituindo em legítimos mecanismos que podem evitar a tragédia hardiniana.

O "deixar descansar", por exemplo, é um elemento cognitivo que manifesta o saber local acerca da dinâmica populacional dos buritizais. Quando perguntadas sobre a possibilidade de este recurso estar se escasseando, as respostas são diretas e quase em uníssono: *"O buriti não tá se acabando, eles dão boa produção. O buritizeiro não se acaba assim fácil..."*.

Entretanto, podem haver momentos críticos, nos quais um ou mais coletores comutam manchas diferenciadas de concentração do recurso, e tende(m) a desenvolver um padrão de constantes revisitas. Como se trata de um recurso natural, portanto, limitado na sua espaço-temporalidade, convém refletir sobre sua possibilidade de depleção, cabendo também questionar quanto aos aspectos de otimização das coletas empreendidas.

Convém relativizar o papel do extrativista e/ou da artesã como conservacionista dos buritizais, evitando-se assim, que se enverede pelo fácil caminho de diagnósticos *a priori* que percebam tais agentes, em estado de "harmonia natural", e para que também não se perca na ilusão da busca da imagem do bom selvagem, quando de fato, se está apenas diante de seres humanos vivendo em sociedade, os quais, no caso, vivenciam, mas também geram problemas ecológicos que se enraízam em um emaranhado culturalmente complexo.

É claro que não se deve abandonar as evidências de um possível efeito etnoconservacionista do comportamento social de "deixar descansar", contudo, é preciso examinar este processo social com mais profundidade. Todavia, este comportamento endógeno pode ser compreendido como uma estratégia simples, com possibilidades reais de evitar uma tragédia dos comuns, à medida que repercute em outras interações no âmbito das relações intra-grupais. Por exemplo,

à medida que um extrativista, no intuito de garantir material disponível para uma artesã, tende a coletar a matéria-prima em demasia, é possível que outros membros da coletividade busquem tornar operacionais as regras de uso socialmente estabelecidas, na tentativa de fazer com que seu sucesso de coleta não seja interferido pela coleta do outro.

Dessa forma, o comportamento de manejo de determinado espaço ou recurso natural por um usuário, passa a influenciar decisivamente nas relações entre usuários e de outros usuários com o recurso natural em si.

Entretanto, os saberes acerca da conservação dos buritizais não parecem ser partilhados e reconhecidos por todos os que fazem uso do recurso para a realização do trabalho. Como diz uma informante,

> "Pra mim, eu conservo, mas aí os outro vai e destrói de outro lado. Tem muitas pessoa que trabalha em roça, aí vai e corta o pé de buritizeiro, não sabe o fruto que ele tem. Eu já não, se eu puder ter cuidado pra não cortar eu não corto" (Dona Mercês, artesã).

Com a intensificação da dinâmica de apropriação privada dos buritizais, e com os consequentes interditos ao acesso ao recurso por parte do grupo local, é possível que se evidencie uma pauperização dos processos ecológicos, materializada na depleção da biodiversidade e na erosão genética, à medida que áreas de coleta, outrora altamente biodiversas, se metamorfoseiam em áreas cada vez mais homogêneas em termos de composição e diversidade florística e de fluxos de transformação de matéria e energia, como é o caso das áreas privadas.

Neste sentido, distinguem-se, atualmente, três estados de conservação dos buritizais, a partir dos quais se investe na construção de uma tipologia etnoconservacionista. Com base na estrutura e dinâmica de funcionamento do referido ecossistema, aliada à diversidade de espécies vegetais e à interação do grupo social com o recurso, as áreas de coleta podem ser classificadas em áreas conservadas, áreas em processo de desestruturação ecológica, e finalmente, áreas ecologicamente desestruturadas, conforme quadro abaixo.

***STATUS* DA ÁREA**	**CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS**	**NATUREZA DA PROPRIEDADE**

Conservada	**a.** Distância remota ao centro do Cantinho; **b.** Alta densidade de palmeiras; **c.** Inexistência de pousadas e casas de veraneio	Comum
Em desestruturação ecológica	**a.** Distância mediana ao centro do Cantinho; **b.** Presença moderada de pousadas e casas de veraneio; **c.** Decréscimo na disponibilidade de palmeiras disponíveis para coleta	Comum
Ecologicamente desestruturada	**a.** No centro do Cantinho; **b.** Ocorrência rara de palmeiras; **c.** Grande concentração de pousadas e casas de veraneio	Privada

Quadro 2. Áreas de coleta de buriti: *status* de conservação, características e formas de apropriação.

As áreas conservadas são aquelas onde se pratica o extrativismo de forma regular. A alta densidade de buritizeiros em simpatria com outras espécies vegetais representa um considerável nível de equilíbrio homeostático desses ambientes.

São áreas de usufruto comum, que fornecem estoque suficiente para a apropriação social por parte do grupo. A conservação deste tipo de área deve-se, invariavelmente, à inexistência de casas de veraneio e/ou pousadas, configurando-se portanto, em áreas cujo fluxo de extração obedece ao ritmo tradicional do extrativismo local.

Trata-se de áreas relativamente afastadas do centro do Cantinho, indicando menor taxa de coleta, uma vez que o acesso não é tão facilitado em relação às demais buritizais. A marcante presença do manguezal representa uma barreira vegetal de proteção a essas áreas, o que, por si, dificulta consideravelmente o acesso, e consequentemente, a extração intensificada, mais ainda, a implantação de pousadas e casas de veraneio (Foto 18).

Foto 15. Buritizal em bom estado de conservação.

Nas áreas em processo de desestruturação ecológica, o sistema de uso dos buritizais vem sendo profundamente transformado pelo incremento do turismo, e em consequência, pelo avanço da propriedade privada.

A implantação dos complexos hoteleiros e das casas de veraneio determinou, simultaneamente, a limitação do acesso a áreas de uso comum e o estímulo a um intenso processo de re-estruturação espacial cujas consequências são visíveis, tanto em relação à depleção da biodiversidade quanto em relação à diminuição da importância do extrativismo enquanto um sistema de produção socialmente legítimo.

O usufruto do recurso nessas áreas é comum, entretanto esse sistema de apropriação encontra-se em processo de transformação, uma vez que a disponibilidade de palmeiras vem sofrendo um decréscimo substancial, tornando esporádicas as visitas, e consequentemente as coletas.

O extrativismo nessas áreas tende a se desestruturar à medida que o recurso parece, aos poucos, sucumbir, apesar das menores distâncias em relação às áreas conservadas. Assim, depreende-se desse processo, o reconhecimento de uma forma de expropriação silenciosa que gradativamente usurpa do grupo o direito de usar o recurso que lhe garante parte da sobrevivência.

Finalmente, nas áreas ecologicamente desestruturadas, já houve buritizais, porém, segundo os informantes, não mais se pode vê-los com a mesma frequência de outrora. Sua ocorrência é rara, portanto, a despeito de ter havido grande densidade nessas áreas.

É nessas áreas que se observa a aglutinação mais evidente de pousadas e casas de veraneio. O grupo local dispõe de limitado ou nenhum acesso ao recurso e, consequentemente, a seu uso, a não ser em áreas onde parentes e amigos trabalham como caseiros, podendo facilitar o acesso em casos de necessidade.

Os buritizais nessas áreas são continuamente substituídos por outras espécies nativas da sucessão ecológica, uma vez que, ao iniciar a construção das casas e/ou pousadas, é necessário, na concepção dos novos proprietários, um radical raleamento da vegetação, no qual o buriti é uma das primeiras espécies a desaparecer (Foto 19).

Foto 16. Casa de veraneio à beira-rio. Onde estão os buritizeiros?

São áreas como essas que forjam uma desconexão com o recurso, uma vez que determinam outro vínculo do grupo com aquela espécie vegetal. Em virtude da existência dessas áreas é que as artesãs reorientam sua prática e são

forçadas, por assim dizer, a comprar o linho de áreas remotas – onde ainda existe grande estoque do recurso.

O IBAMA, impotente, atualmente se recolhe a fincar placas de embargo das novas obras que, continuamente, erguem-se do fundo do rio, para tomar proporções desastrosas para o grupo diretamente interessado na manutenção do recurso.

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

"Nada dura tanto, exceto a mudança".

(Heráclito)

Os grupos sociais constroem seu espaço com tecnologias próprias para tirar do seu pedaço de natureza, os elementos indispensáveis à sua sobrevivência. Organizando a produção, organizam a vida social e o espaço, na medida de suas próprias forças, desejos e necessidades. Pouco a pouco, porém, esse esquema se desintegra. As necessidades de comércio entre coletividades forjam a introdução de novos nexos, e a organização da sociedade se faz segundo parâmetros estranhos às íntimas necessidades dos grupos.

O grupo estudado nesta dissertação configura-se em uma coletividade peculiar, em virtude das formas específicas que interage e maneja os buritizais. Trata-se, portanto, de um grupo social que vem, em alguma medida, conservando seu espaço e seus recursos ao longo do tempo, a partir das práticas patrimoniais de uso e manejo dos recursos ocorrentes em seu território.

Entretanto, constitui-se em uma coletividade submetida a uma progressiva depleção de seus recursos, em virtude das recentes formas pelas quais vem sendo transformado seu território. Com o advento da privatização das áreas de coleta, ocorre uma significativa remoção de porções consideráveis das vegetações ciliares, sobretudo dos buritizais, para a implantação de complexos hoteleiros e casas de veraneio.

As formas de acesso aos buritizais influenciam decisivamente no domínio das práticas, dos saberes e da conservação do recurso. De modo geral, o acesso aos buritizais no Cantinho obedece a regras específicas de apropriação comum, processadas a partir de distintas formas, sob o domínio do regime de propriedade comum, no qual o recurso é apropriado por um grupo identificável de

usuários interdependentes, os quais regulam, através de contratos próprios fundados na reciprocidade, o uso do recurso pelos membros da coletividade.

Contudo, o processo de privatização se acirra à medida que se incrementa a atividade turística no lugar, já havendo uma relativa preocupação dos moradores sobre a questão da comercialização das terras e das áreas de rio a pessoas "de fora".

Neste sentido, aponta-se que o que deve estar ocorrendo é o que MCcay e Acheson (1987) cunharam de "tragédia dos comunitários". Estes, os comunitários, vêm tendo seus modos de vida desestruturados pela forçosa implantação de uma tensa dinâmica de produção e consumo do lugar, através do turismo, que avança célere a partir de Barreirinhas rumo ao Cantinho e demais povoados adjacentes, sobretudo aqueles com maior proximidade física do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Neste processo de expropriação territorial, o grupo experimenta um gradual processo de restrição às áreas de coleta de buriti.

Quanto à apropriação do recurso, mesmo havendo ainda poucas regras, nenhuma sanção ou instância para a resolução dos evidentes conflitos que se tecem no Cantinho, as regras estabelecidas pelo grupo parecem ser ainda suficientes, por se tratar de um sistema de recursos tido como abundante, havendo risco moderado de desestruturação total do sistema extrativo local. A ausência de mecanismos coercitivos pode revelar um problema de considerável alcance, uma vez que se aumenta o grau de exploração de palmeiras ao longo do tempo.

As artesãs, que outrora contavam com o auxílio das coletas efetuadas pelos maridos, filhos e parentes, sentem-se pressionadas a comprar a matéria-prima do artesanato para que possam reproduzir-se economicamente, mesmo que o grupo invista em práticas de manejo relativamente eficazes que podem assegurar a manutenção do recurso.

Quanto à atividade artesanal, convém afirmar que esta contribui para uma relativa melhoria na vida das artesãs e de suas famílias. De fato, um elemento central para compreender a importância da atividade artesanal no Cantinho é a relação de complementaridade que se estabelece entre esse tipo de produção doméstica e o trabalho assalariado nos restaurantes, pousadas e casas de veraneio.

Desse modo, afirma-se que o artesanato de fibra de buriti configura-se em uma atividade importante na composição da renda familiar. O grande problema apontado pelas artesãs é a dificuldade de garantir a comercialização direta ao consumidor final, ou seja, aos turistas.

Os saberes e as formas de lidar com a natureza se estabelece através de uma transmissão cultural vertical e horizontal, pelo aprendizado individual informado pela experiência diretamente vivenciada. Contudo, a partir da nova dinâmica espacial, existe uma tendência a desconexões e re-arranjos, decorrentes do escasseamento do recurso e do interdito do acesso ao mesmo.

A principal forma de manejo observada, isto é, o comportamento de "deixar descansar" pode contribuir com a manutenção dos estoques de palmeiras disponíveis para tirada do olho e fabricação do artesanato, configurando-se em uma forma relativamente eficiente de etnoconservação do recurso.

A intensificação da dinâmica de apropriação privada dos buritizais torna evidente a re-definição dos processos sócio-ecológicos, materializada na depleção da biodiversidade, à medida que as áreas de coleta se transformam em áreas pauperizadas em termos de disponibilidade de palmeiras.

Com base na estrutura e dinâmica de funcionamento dos buritizais, as áreas de coleta são classificadas em três estados de conservação, quais sejam as áreas conservadas, as áreas em processo de desestruturação ecológica, e finalmente, as áreas ecologicamente desestruturadas.

Os conflitos ambientais se constituem em conflitos de interesses, e sua compreensão requer a análise dos múltiplos motivos nele envolvidos. Para tanto, deve-se procurar identificar, tanto as características do elemento que faz a intermediação das relações sociais, quanto as principais dimensões que favorecem o aparecimento e a manutenção do processo conflituoso. A busca por formas de uso sustentável dos recursos enfrenta, necessariamente, obstáculos cujas raízes se encontram no exame mais atido das dimensões econômica, política, social, ecológica, tecnológica e cultural.

Por isso, convém investir na compreensão dos diversos motivos causais de conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais para que se possa compreender melhor estas realidades multifacetadas.

O tema dos recursos naturais de uso comum traz um conjunto de questões complexas, para as quais a abordagem interdisciplinar oferece grandes contribuições, integrando conhecimentos de diferentes disciplinas, extraindo daí, suas relações de interdependência e de conexões recíprocas.

A segregação disciplinar é um fator limitante para abordar problemas de alta complexidade como os que aqui foram apresentados e discutidos. A atividade humana globalizada está na base de um novo paradigma de relações complexas que as ciências não podem mais entendê-las sem integrar saberes de diversas áreas do conhecimento, a fim de se atingir uma nova qualidade de compreensão da realidade.

Entretanto, já se observa uma sensível mudança dos velhos paradigmas em todas as áreas do conhecimento. A ordem, o absoluto, o determinado, o equilíbrio e os processos reversíveis se tornam casos particulares de um universo em evolução onde predomina a complexidade e a tendência ao desequilíbrio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. **Série Antropologia**, n. 174, Departamento de Antropologia/UnB, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA**, n. 10, p. 163-196, 1989.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os Novos Territórios no Litoral Cearense. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Walter Alves (org.). **Biologia e Ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectiva.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Coleção Eduardo Galvão, 1989, p. 95-109.

BALICK, Michael; COX, Paul. **Plants, People and Culture: the Science of Ethnobotany.** New York: Scientific American Library, 1996.

BEGOSSI, Alpina. (org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec/Nepam/Unicamp/Nupaub/Fapesp, 2004.

BERKES, Fikret; FEENY, David; McCAY, Bonnie J; ACHESON, James M. The benefits of the commons. **Nature**, 340, p. 91-93, 1989.

BOOKCHIN, Murray. **The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy.** 4 ed. Edinburgh: AK Press, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (Org). **O olhar.** São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 347-360.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 1998. p. 17-35.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, n. 13, p. 147-162, 1999.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: _____; PINTON, Florence (org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997, p. 221-242.

CORDELL, John. Remapeando as águas: os significados dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo. **Instituto Etnográfico de Berkeley**, p. 1-18, 2000.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 139-160. Tradução de Antonio Carlos Diegues.

CUNHA, Luis Henrique. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa.** Belém, 2002. 196f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará.

DaMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

D'ALVA, Oscar Arruda. **O extrativismo da carnaúba no Ceará.** Fortaleza, 2004. 193f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997, p. 243-261. Tradução de Maria da Graça Leal.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____ (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2000, p. 1-46.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: _____; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 97-124.

_____; ARRUDA, Rinaldo Sérgio V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

_____; NOGARA, Paulo José N. **O nosso lugar virou Parque – estudo socioambiental do Saco de Mamanguá, Parati, Rio de Janeiro.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2005.

DRYZEK, John. Ecology and discursive democracy: beyond liberal capitalism and the administrative state. **Capitalism, Nature, Socialism.** v. 3, n. 2, p. 18-42, 1992.
ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 113-143.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio C.; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 17-42. Tradução de André de Castro C. Moreira.

FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p. 19-34, 1999.

FOLADORI, Guillermo. **Controversias sobre sustentabilidad. La coevolución sociedad-naturaleza.** México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2001. 229 p.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418 p. Tradução de Maria Teresa Machado.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.

GODELIER, Maurice. **Antropologia.** São Paulo: Ática, 2001.

GÓMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la foresta tropical. **Biotropica**, v. 3, n. 2, p. 125-135, 1971.

_____; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2000, p. 125-147. Tradução de Dany Patarra.

GORDON, H. Scott. The economic theory of a common property resource: the fishery. **The Journal of Political Economy**, p. 124-142, 1954.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, 162, p. 1243-1248, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Unidades de Conservação do Brasil: Parques Nacionais e Reservas Biológicas.** Brasília, DF: Ministério do Interior. vol. 1, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papirus, 1989. Tradução de Tânia Pellegrini.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, Departamento de Antropologia/UnB, 2002.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de; MEDEIROS-COSTA, Judas Tadeu de; CERQUEIRA, Luiz Sérgio Coelho de; FERREIRA, Evandro **Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas.** Nova Odessa: Ed. Instituto Plantarum, 2004.

LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri (Org.). **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando Pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica.** 2 ed. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de Maurício Waldman.

McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. **The question of the commons: the culture and ecology of communal resources.** Tucson: The University of Arizona Press, 1987.

McGRATH, David; CASTRO, Fábio de; CÂMARA, Evandro; FUTEMMA, Célia. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA,** v. 1, n. 2, 1998.

MONTELES, Ricardo; PINHEIRO, Claudio Urbano B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de Biologia e Ciências da Terra,** v. 7, n. 2, 2007.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997, p. 53-77. Tradução de Maria da Graça Leal.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. Reformulating the commons. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 5-25, 2002.

O'CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Papeles de población**, n. 24, p. 9-35, 2000. Tradução de Guillermo Castro Herrera.

PAZZINI, Humberto Santiago; MIRANDA, Antonio Carlos; SOUSA, Sidiney Cabral. A cadeia produtiva do artesanato em Aimóres, MG: características, condicionantes de competitividade e propostas de ação. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV, Fortaleza-CE, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, Darrell Addison. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta G. (org.). **Suma Etnológica Brasileira.** vol. 1. 2 ed. (etnobiologia) Petrópolis: FINEP/Vozes, 1987.

PRIMACK, Richard; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação.** Londrina: Planta, 2001.

REIS, Maria Regina Ribeiro. **Na friadagem do Mangal: organizar e tirar caranguejos nos fins de semana em Bragança (Vila do Acarajó).** Belém, 2007. 171f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape/SP.** São Paulo, 2005. 181f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo.

SANTOS, Katia Maria Pacheco. **A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP).** Piracicaba, 2005. 116f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Agroecossistemas). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 3, Brasília-DF, 2006. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.

SCOTT, Anthony. The fishery: the objectives of sole ownership. **The Journal of Political Economy**, p. 116-124, 1955.

SEBRAE. **Buriti: a jóia dos Lençóis Maranhenses.** Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LAYRARGUES, Philippe; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, p. 23-67, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as Ciências.** 14 ed., Porto: Afrontamento, 2003

TOLEDO, Victor Manuel. **La diversidad biológica de México.** México, D.F: Conacyt, 1998.

VALVERDE, Sebastián; MOREY, Eugenia. Producción doméstica, mercado y actividad artesanal en comunidades mapuches del sur de la provincia de Neuquén. **Cuadernos de Antropología Social,** n. 22, pp. 95–114, 2005.
VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, José (org.). **Ecologia e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e tempo, p. 63-110, 1986.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WILSON, Edward O. **Diversidade da vida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Tradução de Carlos Afonso Malferrari.

XIMENES, Tereza. A gestão de recursos naturais de uso comum e tipo de conflitos. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 3, Brasília-DF, 2006. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.